

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO VI

N.º 21

JANEIRO - 1943

Casa Africana

Rua Augusta, 161 / Telef. 24264-65 PBX ■ R. Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 PBX
LISBOA PORTO

Secções de Alfaitaria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador, estofador, Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS ARTIGOS

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

C O S T A ESTORIL D O S O L

A MAIS ELEGANTE PRAIA DO PAÍS

A 24 quilóm. de Lisboa. Excelente estrada marginal. Rápido serviço de combóios eléctricos.

Todos os desportos:

Golf (18 buracos), Ténis, Natação, Hipismo, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril — Palácio — Hotel:

Moderno, elegante — magnífica situação

Hotel Parque:

Tôdo o conforto — Anexos às Termas

Hotel Itália (Monte Estoril):

Excelente cozinha — Preços moderados

Estoril — Termas:

Estabelecimento Hidro - Mineral e Fisioterápico Aberto todo o ano

Tratamento do reumatismo, gôta, doenças das senhoras e da circulação. Linfntismo e escrofulose. Obesidade

Tamariz:

Magníficas esplanadas sôbre o mar
Serviço de Bar.

PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA — SALA DE ARMAS — ESCOLA DE EQUITAÇÃO
SALA DE TIRO — PARQUE INFANTIL

Casino:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — «Dancing»
Restaurante — Bars
Jogos autorizados pelo Govêrno

Para informações detalhadas dirigir-se à Soc. Propaganda da Costa do Sol — Estoril

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»
SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA» - R. DO SALITRE, 153 - TELEF. 5 3173 - LISBOA

SUMÁRIO

- OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM LISBOA
(Conclusão) pelo Eng.º *A. Vieira da Silva*
- DO MOSTEIRO DA MADRE-DE-DEUS EM XABREGAS E
DE SUA EXCELSA FUNDADORA
(Conclusão) por *Mário de Sampaio Ribeiro*
- UM ANTEPASSADO DO AUTOMÓVEL
por *J. M. Cordeiro de Sousa*
- ARQUIVO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
(Conclusão) por *D. Fernando Pais de Almeida e Silva*
- VELHAS CASAS DE LISBOA
(Continuação) pelo *Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal*
- ACCÃO CULTURAL

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores
ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS



Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa

Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida

PELO ENG. A. VIEIRA DA SILVA

(Conclusão)

A continuação da muralha para o sul é mais difícil de marcar, porque dela poucos vestígios restam identificáveis com segurança.

A planta do architecto Tinoco (1650) mostra-a fazendo 3 redentes para o ocidente; mas a situação destes na planta é que presumimos que não correspondia à realidade.

O primeira ficava no destorcimento do muro esquerdo da entrada da Fábrica de Cerveja (portão n.º 30 da rua do Alecrim), contíguo à torre, onde marcámos no nosso mapa 1.

Depois de um pequeno lanço de muro à face com a torre, que ainda lá está, fechando um saguão do prédio n.ºs 32 a 42, a muralha fazia um ângulo recto em direcção ao sul; o primeiro troço deste lanço, na extensão de cerca de 11,™0, forma o fundo oriental do armazém da rampa da Fábrica de Cerveja, e o seu adarve ainda se conserva e distingue nitidamente na cortina ou guarda do jardim do prédio n.ºs 23 a 29 da rua António Maria Cardoso. Dentro do armazém, a 10,™9 da engra, a muralha formava um segundo mas pequeno redente, com 1,™5 de ressalto, (mapas I e II), que ainda hoje se pode observar, e que deve corresponder ao segundo redente que apresenta, mas fora do seu lugar, a planta de Tinoco.

Dêsse redente a muralha continuava a dirigir-se para o sul, como se mostra nos nossos mapas I e II, e supomos que ela assentava sobre

o alicerce, ou era o próprio muro da fachada ocidental do edifício do palácio do marquês de Valença, hoje substituída pela das casas da Fábrica de Cerveja, com 1,^m30 de espessura, ao longo do terraplano que faz seguimento à rampa, com entrada pelo portão n.º 30 da rua do Alecrim.

O palácio, que tinha a sua frente sôbre a rua do Picadeiro ou do Tesouro ⁽⁶⁴⁾, foi totalmente arruinado e queimado pelo terremoto de 1755 ⁽⁶⁵⁾.

O quadro a óleo existente na Academia de Belas Artes (estampa 6.^a) mostra a fachada ocidental, iluminada, do palácio do marquês de Valença, com 14 janelas de sacada, sobrepujadas por mezaninos, e duas ordens de janelas por baixo daquelas; a frente sul, na sombra, tem 4 janelas. Nesta vista, a arquitectura do palácio é muito semelhante à dos paços dos duques de Bragança, que estão representados à direita.

Num quadro a óleo que possuímos, que é dos princípios do século XVIII (estampa 12.^a), está o palácio representado com uma extensa frente ocidental, onde se rasgam 19 janelas de sacada no andar nobre (o que nos parece inverosímil), sobrepujadas por outros tantos mezaninos, e tendo inferiormente, nas lojas, janelas mui pouco altas.

Na gravura de Noel já citada (estampa 10.^a) ⁽⁶⁶⁾, dos fins do século XVIII, vê-se o palácio em ruínas, com 9 janelas nas lojas, e 7 de sacada no 1.º andar, nos muros que se conservavam ainda de pé, sendo 3 na frente ocidental, 3 na do sul, e uma numa das faces da engra ou reintrância que as duas referidas frentes formavam. As janelas são semelhantes às do nosso quadro a óleo, e sôbre elas parece que se pretenderam representar os mezaninos.

⁽⁶⁴⁾ O palácio ficava compreendido entre a rua do Alecrim, que pertencia à freguesia da Encarnação, e a do Tesouro, que era da freguesia dos Mártires. Mas como o marquês tinha a cama num quarto do lado da rua do Alecrim, considerava-se o palácio como pertencente ao districto da freguesia da Encarnação. — *Tombo de 1755, Bairro Alto*, fl. 87.

⁽⁶⁵⁾ *Memórias Curiosas*, por frei António do Sacramento, ed. de *A Feira da Ladra*, 1939, pág. 23 — *História Universal dos Terremotos*, por J. J. Moreira de Mendonça, 1758, pág. 129.

⁽⁶⁶⁾ *Vue du Port de Lisbonne — Peint par Noel — Gravé par Allix.*

O quadro a aguarela do Museu de Arte Antiga (estampa 1.^a) mostra as janelas do andar nobre com o mesmo desenho das das vistas anteriores, mas só em número de 5 na fachada ocidental, enquanto que as das lojas são 7. Há 2 janelas na frente sul, e, na engra acima mencionada, uma janela em cada face. Êste edificio principal prolonga-se por um extenso corpo com 17 janelas pequenas, que não compreendemos a que corresponda.

O aspecto da fachada do palácio era portanto completamente diverso do que lá vemos, parecendo que para o muro da frente oeste do actual edificio, do lado da rua do Alecrim, se aproveitaram, do palácio, apenas os alicerces.

A grande muralha divisória e de suporte de terras na rua do Alecrim onde se abre o portão n.º 30 do recinto da Fábrica de Cerveja, já estava construído desde antes de 1650, mas somente na extensão de 80^m, até à escada de pedra que vai da porta n.º 28 da mesma rua para o terraço inferior, ou dos torreões, da esplanada Bragança (veja-se o mapa II).

Aí fazia um ângulo recto voltando para o nascente, formando um troço com 19,^m7 de comprimento, que se inseria no muro da fachada do palácio, limitando nesse sítio a propriedade do marquês. Além da rampa de acesso ao palácio, esta muralha circunscrevia terrenos de jardim e de horta, onde havia um poço com seu tanque e nora, poço que ainda perdura, entulhado.

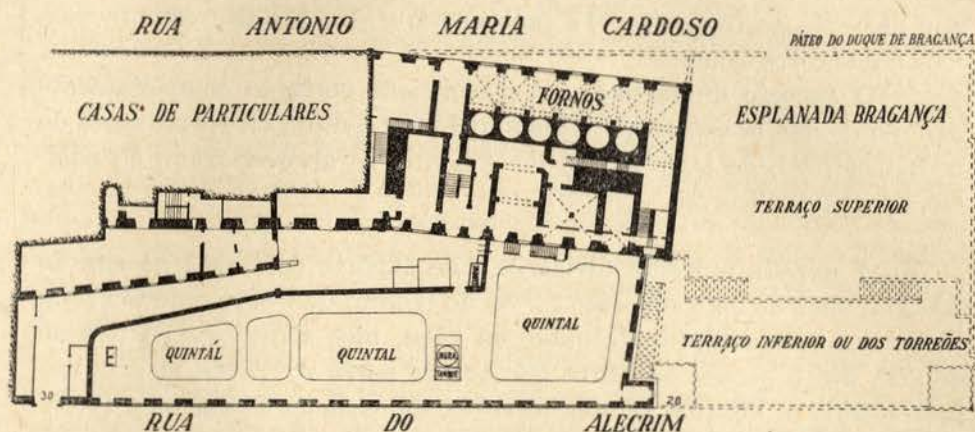
O local do terrapleno ao sul do palácio, onde vemos a esplanada Bragança, era, anteriormente a 1755, montuoso e alcantilado, formando um barrocal que caía sobre as ruas do Alecrim e do postigo do Duque de Bragança (mapa I).

Posteriormente ao terremoto de 1755 fez-se o prolongamento ou conclusão da muralha de suporte até ao prédio que esquina da rua do Alecrim (n.ºs 24 e 26) para a do Ferregial de Baixo (n.ºs 46 a 52), e o arranjo dos dois terraços; o inferior, onde estão dois torreões ou mirantes nos extremos, e o superior, ao mesmo nível que a rua António Maria Cardoso, terraços que constituíam a esplanada Bragança.

Tôdas estas propriedades arruinadas em 1755, desde a entrada da rampa da rua do Alecrim, que haviam sido da Casa do marquês de

Valença, passaram, não sabemos quando, para a Casa de Bragança, a qual as alugou a diferentes indivíduos ou sociedades, e por fim as vendeu, em 15 de Fevereiro de 1940, à Sociedade do Terraço Bragança, L.^{da}

Na sala térrea abobadada do lado da rua do Tesouro Velho



MAPA II

Escala 1:1000

PLANTA DOS TERRENOS E EDIFÍCIOS DA CASA DE BRAGANÇA, NA 1.^a METADE DO SÉCULO XIX, ENTRE AS RUAS ANTÓNIO MARIA CARDOSO E DO ALECRIM, QUANDO AÍ ESTAVA UMA PADARIA, ANTES DA INSTALAÇÃO DA FÁBRICA DE CERVEJA JANSEN. — TINHA SIDO AÍ, ANTES DO TERREMOTO DE 1755, O PALÁCIO DO MARQUÊS DE VALENÇA, E SUAS DEPENDÊNCIAS

Copiado de um desenho do arquivo da Casa de Bragança; a parte a traço interrompido foi copiada de outro desenho, porque não existia no primeiro, e talvez ainda não estivesse construída a esplanada

estavam construídos, na primeira metade do século XIX, seis grandes fornos de padaria (mapa II) ⁽⁶⁷⁾, que depois desapareceram, tendo-se transformado a casa em restaurante da Fábrica de Cerveja Jansen.

Nestes terrenos da Casa de Bragança podiam-se considerar as seguintes propriedades:

⁽⁶⁷⁾ Arquivo da Casa de Bragança. Escritura n.º 7456, de 3 de Abril de 1855.

a) Fábrica de Cerveja; com entrada pelo portão n.º 30 da rua do Alecrim. Foi o terreno, com exclusão do terraço superior da esplanada, arrendado a John Henry Jansen e Michael Gerhards, por escritura de 3 de Abril de 1855, para a construção de uma Fábrica de Cerveja, *Fábrica de Cerveja da Baviera* ⁽⁶⁸⁾. As oficinas ficavam situadas nos terraplenos indicados por *quintal* no nosso mapa II, e a Fábrica funcionou ininterruptamente, sob várias firmas comerciais, e sempre com a denominação Jansen, até 1 de Julho de 1934, em que suspendeu a sua laboração.

b) Armazéns e casas de habitação no edifício principal, construído no local do palácio do marquês de Valença. Foram arrendados em várias datas e a diversos, entre os quais John Henry Jansen. A casa térrea abobadada, com portas para a rua António Maria Cardoso, n.ºs 3 e 5, onde existiam, na primeira metade do século XIX, os fornos de padaria (mapa II) ⁽⁶⁹⁾, foi pelo último mencionado arrendatário, talvez em 1870, transformada em salão restaurante anexo à sua Fábrica de Cerveja.

Actualmente tôdas as casas do edifício do palácio estão ocupadas com escritórios, arrecadações e armazéns de várias firmas comerciais. O salão abobadado serve de refeitório dos empregados das Companhias Reünidas Gás e Electricidade, e serviços de obras desta Companhia ocupam parte do andar superior. Na restante parte dêste andar, bem como numa loja, n.º 7 da rua António Maria Cardoso, acha-se instalada desde 1858 uma oficina tipográfica, que primitivamente foi da Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa, de Adolfo Lallemant e outros ⁽⁷⁰⁾, e tendo passado por vários proprietários, é hoje da firma Tipografia Maurício & Monteiro.

c) Esplanada Bragança, constituída pelo terraço inferior, com entrada pela porta n.º 28 da rua do Alecrim, e pelo superior, com entrada pelo portão n.º 1 da rua António Maria Cardoso.

⁽⁶⁸⁾ *Almanak Industrial, Commercial e Professional de Lisboa para o anno de 1865*, por Zacharias de Vilhena Barbosa, Lisboa, 1865, pág. 149.

⁽⁶⁹⁾ Desenho do Arquivo da Casa de Bragança. Escritura n.º 7456, de 3 de Abril de 1855.

⁽⁷⁰⁾ Contracto de 2 de Dezembro de 1858. — Do arquivo da Casa de Bragança.

O terraço inferior, ou dos torreões, parece que começou a ser arrendado em 1864. De 1878 até 1893 foi seu arrendatário o Club Recreativo Alemão. Em 1893 foi arrendado a John Henry Jansen, e depois a vários. No princípio do corrente século realizaram-se no verão, neste terraço, então denominado *Recreio de Lisboa*, concertos pelas bandas da Guarda Municipal e da Marinha, por conta da Fábrica Jansen. Em 1927 foi arrendado à Companhia da Fábrica de Cerveja Jansen, que em 1937 começou a explorar diversos espectáculos de variedades, fados e guitarradas, no terraço inferior no verão, e no salão restaurante no inverno, com a denominação de *Retiro da Severa*. A Sociedade do Terraço Bragança, L.^{da}, proprietária dos edifícios e dos terrenos da Fábrica desde 1940, explora o terraço inferior com espectáculos da mesma natureza, com a denominação de *Esplanada* ou *Retiro Luso*.

O terraço superior parece que só começou a ser arrendado em 1901. Neste ano foi arrendado ao Centro Português de Sport, e em 1906 a Artur Gottshalk. Passou por vários outros rendeiros, um dos quais montou aí um famoso *Panorama da Palestina*, e outro adaptou o terraço a restaurante ao ar livre, *Terraço Bragança*, com um pequeno palco para exibição de espectáculos de variedades ⁽⁷¹⁾.

Actualmente é propriedade da Sociedade do Terraço Bragança, L.^{da}, e está desocupado.

No sítio da fachada meridional do palácio do marquês de Valença a muralha da cêrca devia formar o seu terceiro redente, num lanço cuja extensão desconhecemos, e fazia depois um ângulo recto em direcção ao sul, como se infere da planta de 1650; assim o marcámos no nosso mapa I.

Este lanço atravessaria pelo meio da esplanada Bragança, e terminava por uma tórre, como mostra a planta de Tinoco, onde começava o lanço que se encaminhava para nascente, até terminar no postigo dos Mártires, ou arco das Fontainhas, no Corpo Santo.

⁽⁷¹⁾ Informações colhidas no livro do Cadastro dos Prédios da Casa de Bragança em Lisboa, 3.^a série, 1905-1950, e outras prestadas obsequiosamente pelo sr. Luiz Jansen, neto de um dos antigos proprietários da Fábrica, a quem muito agradecemos.

Perto da tôrre do canto da cêrca abria-se na muralha uma porta ou postigo, chamado do Duque de Bragança ⁽⁷²⁾, que não devia remontar ao tempo da construção da cêrca (1375-75), mas que já estava



Estampa 8.^a

OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM 1668-69,
SEGUNDO O PINTOR BALDI

O palácio, ao centro da estampa, está fora do seu lugar, mas mostra a muralha do jardim do palácio, com os dois torreões ou mirantes nos extremos.

Extracto da vista panorâmica de Lisboa da obra *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal* — lâmina LIII, desenho do pintor Pier Mario Baldi. — Na Biblioteca Laurenciana de Florença.

aberto em 1551 ⁽⁷³⁾.

⁽⁷²⁾ *Porta Ducis Bragantix*, na vista *Olissippo*, do *Theatrum Urbium*, por Jorge Bráunio, 1593 (estampa 4.^a).

⁽⁷³⁾ *Summario*, etc., por C. R. de Oliveira, ed. de 1755, pág. 22. — *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, etc., por João Brandão, Lisboa, 1923, pág. 228.

Em 1650 este postigo do Duque não tinha portas, e propoz-se tapá-lo ⁽⁷⁴⁾; em 1750 a torre já mal distinguia no meio do maciso das construções do palácio ⁽⁷⁵⁾.

Do postigo nascia uma rua angulosa, e parece que mal definida, pela banda de fora da muralha da cêrca, traçada sobre a rocha por que é constituída aquela colina, *rua que vai para o postigo do Duque* ⁽⁷⁶⁾, a que já nos referimos, e à qual fazia seguimento, para o ocidente, a calçada de Cata-que-farás.

Uma carta de El-rei aos Vereadores, de 10 de janeiro de 1527, informa que foi autorizado o Duque de Bragança a mandar fazer duas portas na *travessa entre as suas casas e o muro da cidade que está da parte do seu miradoiro (devia ser no local do jardim que ficava da banda do sul do palácio)*, que as pudesse mandar fechar de noite e de dia quando na cidade estivesse, contanto que desse serventia ao povo por dentro das suas casas enquanto as portas da travessa estivessem fechadas, e que, enquanto (*êle, Duque*) na cidade não estivesse, estivessem (*as portas*) sempre abertas, para livremente se servir por elas quem quizesse (*Memórias da Casa de Bragança*, tomo IV, 1778).

O jardim do paço dos Duques de Bragança ficava ao sul do mesmo, como vimos, e provàvelmente ao sul da muralha de D. Fernando, que é possível que estivesse já demolida nesse sítio desde muitos anos; o jardim, cuja planta e medições já mencionámos, assentava sobre rocha, e acompanhava o contôrno abrupto e *irregular da montanha*. O muro de suporte do minúsculo pátio ou terraço ao sul do Hotel, que hoje lá vemos, é possível que, em cima, fôsse o que servia de cortina ao jardim; e o seu prolongamento para poente, suportando o pátio de Bragança e a esplanada, foram feitos depois do terremoto de 1755, e talvez já no século XIX.

Este muro de suporte forma o fundo dos prédios n.ºs 32 a 40 A da rua do Ferregial de Baixo, e da refinaria de açúcar, *Refinaria Brasileira*, n.ºs 42 a 44.

⁽⁷⁴⁾ *Elementos*, etc., tomo V, pág. 202.

⁽⁷⁵⁾ *Demonstração Historica*, etc., por fr. A. da Conceição, 1750, pág. 199.

⁽⁷⁶⁾ Do lado sul desta rua havia umas casas e chãos da cidade, cuja planta e medições são incompreensíveis. *Tombo de 1573*, livro 1.º, fl. 371.

É provável que não tivessem sido necessárias grandes escavações e desaterros para a implantação destes prédios, porque a rocha devia cair aí quasi a prumo, e a muralha de suporte foi principalmente construída, segundo supomos, para fazer desaparecer as irregularidades do banco calcáreo e evitar o desprendimento de pedras, e ao mesmo tempo para permitir a construção dos terraços da esplanada.

Depois de marcarmos no mapa I os dois cunhais ou *gnomos* da fachada dos paços, a que atrás nos referimos, e bem assim o topo sul da rua do Picadeiro, onde se abria o postigo do Duque, nota-se que aquêle fica no alinhamento do muro de fundação e da fachada sul do edifício do Hotel Bragança, e assim somos levados a admitir, com probabilidade, que êste muro, afogado hoje no terraplano da esplanada, era o próprio da cêrca de D. Fernando nêsse sítio.

A rua do Picadeiro tinha aí a largura de 7,^m30 (6 varas e 3,1 palmos) ⁽⁷⁷⁾, que condiz com as medições tomadas na planta da reconstrução da cidade, atrás citada.

No topo da rua marcámos o postigo do Duque de Bragança, e tomando por base as indicações da planta de Tinoco, de 1650, concluímos conjecturalmente o traçado da muralha e da tôrre do canto sudoeste da cêrca.

Nem os autores que escreveram sôbre a cêrca fernandina, nem os *Tombos*, documentos, ou mapas existentes ou conhecidos, permitem definir de maneira irrefutável a situação do lanço de muro da cêrca que decorria desde o canto sueste do Hotel Bragança até ao Corpo Santo.

No lado norte da rua de Ferregial de Baixo há um prédio (n.^{os} 22 a 30) da Casa de Bragança, que sai do alinhamento geral dos outros prédios da mesma rua, e a que chamavam casa de pasto do Izidro ⁽⁷⁸⁾. Tem dois andares além do térreo, e é coberto com um terraço, que fica

⁽⁷⁷⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 95.

⁽⁷⁸⁾ *Planta da freguesia de N. S.^a dos Martires*, pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, no *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*. — Existem as plantas desta propriedade no Arquivo da Casa de Bragança (planta n.^o 35).

ao nível e em frente do pequeno pátio por que começa inferiormente a rua da Luta. A casa tem fortes paredes transversais, à laia de contrafortes da muralha que lhe corre por trás, e sobre que se apoia o cunhal sueste do Hotel.

O motivo por que a sua fachada se desvia do alinhamento da rua está em que, começada a construção da casa logo depois do terremoto de 1755, na nova rua projectada, esta ficou definitivamente com um traçado um pouco diferente do seu primitivo projecto, e não houve certamente coragem para mandar demolir este prédio, que tão solidamente havia sido construído.

O prédio contíguo para poente, n.ºs 32 a 34, também pertencente à Casa de Bragança, foi comprado a um particular em 1883.

O *Tombo de 1573* ⁽⁷⁹⁾ diz-nos que uma casa e chão da cidade, na rua da Pelada (mapa I), assentavam sobre um *penedo*, e topejavam com *muro* (da cidade). As confrontações e medições são extremamente confusas, e apenas delas se pode depreender que a casa era a primeira a contar do começo ocidental da rua, e que, na actual Lisboa, devia ficar perto do canto sueste do pequeno largo por que começa a rua da Luta. É natural, por isso, que este largo, assim como as fachadas dos prédios que dos lados ocidental e oriental deitam sobre ele, como até a fachada sul do Hotel, ou mesmo todo este, assentem sobre o tal *penedo*, que não era senão o banco de rocha calcárea que forma o outeiro.

Para nascente do canto sueste do pátio ou começo inferior da rua da Luta, parece que a muralha da cerca é o muro que forma o fundo do prédio com 2 andares, 8 portas e um terraço ajardinado em cima, n.ºs 12 a 20 da rua do Ferregial de Baixo, e sobre ela se levanta o muro de tardoz do prédio com lojas, 4 andares e sotãos, n.ºs 35 a 39 da rua Vítor Córdon.

Aí fazia o traçado um ângulo um pouco mais aberto que 90°, e seguia para o sul, formando o redente que se vê no nosso mapa I, indo este lanço morrer no sopé do monte, na porta, postigo, ou arco das

(79) Loc. cit., fl. 328 v.

Fontainhas, ou das Martes (*Mártires*), que ficava no sítio da nossa íngreme Calçada do Ferregial, ao nível da travessa do Cotovelo.

Êste lanço foi traçado por nós com o auxílio da planta de Tinoco



Estampa 9.^a

RUÍNAS DOS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM LISBOA,
DESENHO DE J. A. NOEL, 1780

O desenho parece representar as fachadas do palácio que se encontram no canto sudoeste do pátio interior

De um album de desenhos d'êste autor, existente no Museu das Janelas Verdes, com o título «Vuës de Lisbonne et de ses Environs en Aoust 1780»

(*Fotografia e matriz do Museu de Arte Antiga*)

(1650), e com elementos da medição de propriedades das ruas da Pelada e do Jasmim, tomadas no *Tombo de 1755* ⁽⁸⁰⁾.

A comunicação inferior da rua, ou beco do Jasmim com a rua

⁽⁸⁰⁾ Loc. cit., *Bairro do Remolares*, fls. 252 v. e 253 (7.^a e 8.^a propriedades), e fl. 254 (2.^a propriedade).

das Fontainhas e da Barroca, aí incorporadas, parece que se fazia por cima do muro da cêrca, isto é, o trôço inferior daquêle beco era o próprio adarve da muralha, segundo se infere das indicações vagas que nos fornecem os *Tombo*s (81). Rua Sôbre o Muro, chamam-lhe frei A. da Conceição e J. Baptista de Castro (82).

A extensão de 54^m,71 que o *Tombo de 1755* dá para a rua do Jasmim faz cair o seu extremo inferior mesmo no tôpo inferior da rua das Fontainhas, a qual aí devia ficar portanto ao mesmo nível que o caminho sôbre o muro (83).

Nesse sítio havia um beco da Rocha, correspondendo em situação aproximadamente às escadinhas da actual travessa do Ferregial, e vários armazéns subterrâneos escavados na rochá (84).

Do Arco das Fontainhas para o nascente foram o traçado da muralha, as tôrres e as portas, estudados num outro trabalho nosso (85).

Sensivelmente a meio do lanço que vai desde a tôrre do ângulo sudoeste da cêrca até ao ponto em que êle dá a volta para o sul em direcção ao postigo das Fontainhas, mostra a planta de Tinoco uma tôrre saliente da muralha. Parece que não existem, ou pelo menos, não encontramos, vestígios dela, e por isso aproveitámos aquella indicação como critério único para a marcar arbitrariamente no nosso mapa, aproximadamente a meio do edificio do Hotel Bragança.

O terremoto de 1755 veio transformar a fisionomia do local. Centenas de casas desmônadas e incendiadas reduziram a pavorosas ruínas o que na véspera ainda representava bem-estar, luxo e riquezas.

Aprovado pouco depois o plano de reedificação da cidade, logo se deu comêço, na região que estamos estudando, à regularização das ruas e à construção de novos prédios.

A rua de Cima desapareceu, e no socalco a meia encosta do

(81) *Tombo de 1573*, livro 1.º, fl. 331. — *Tombo de 1755*, *Bairro do Remolares*, fl. 260 v.

(82) *Demonstração Histórica*, pág. 420; e *Mappa de Portugal*, tomo III, ed. de 1763, pág. 379.

(83) *Tombo de 1755*, *Bairro do Remolares*, fl. 253 v.

(84) *Idem*, id., fls. 259 e 260.

(85) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2.ª ed., 2.º vol., 1941, págs. 64 a 94.

outeiro, entre os paços ducaes e a rua Direita de S. Paulo e largo do Corpo Santo, rasgou-se uma nova rua, que em 1770 ainda conservava a antiga denominação ⁽⁸⁶⁾, mas que pouco depois passou a chamar-se rua do *Ferregial debaixo (da Rua das Flores à Rua Nova dos Mártires)* ⁽⁸⁷⁾, denominação que ainda conserva, apesar de haver desaparecido a sua antítese: a *Rua do Ferregial de Cima*.

Além da rua de Cima, desapareceram as ruas do Ferregial e da Pelada e o beco do Jasmim ⁽⁸⁸⁾, que foram substituídas, com outras, pela rua do Ferregial de Cima (*do Arco do Tesouro Velho a S. Francisco*) ⁽⁸⁹⁾, alargada então só no trôço compreendido entre as actuais rua da Luta e a calçada de S. Francisco. É hoje a rua Vitor Córdon ⁽⁹⁰⁾.

Desapareceu a calçada de Cata-que-farás e a rua do Postigo do Duque, substituídas respectivamente pela travessa do Alecrim, primeiramente chamada de Cata-que-farás, e pelo trôço ocidental da rua do Ferregial de Baixo.

Das vias públicas que nasciam no alto da rua das Portas de S.^{ta} Catarina, aí actualmente chamada largo do Chiado, descendo para o sul pela encosta, algumas ficaram, depois de alargadas e regularizadas, aproximadamente no local onde existiam e com o mesmo nome; outras desapareceram.

A rua do Conde, ou do Alecrim, que por ambos os nomes era então conhecida, foi prolongada em alinhamento recto até aos terrenos marginaes do Tejo que lhe ficavam em frente, desaparecendo a barroca e as casas que nela havia, e construindo-se um arco de elegante traça, *arco grande de S. Paulo*, para vencer o desnível que o local apresen-

⁽⁸⁶⁾ Planta da freguesia de N. S.^a dos Mártires, no *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*, levantadas pelo sarg.^o-mor Montr.^o de Carvalho. — No Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

⁽⁸⁷⁾ *Regulação para o estabelecimento da Pequena Posta em Lisboa*, ano 1801, pág. 69.

⁽⁸⁸⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fls. 238 v., 246 e 253.

⁽⁸⁹⁾ *Regulação para o estabelecimento da Pequena Posta em Lisboa*, 1801, pág. 69.

⁽⁹⁰⁾ Deliberado em sessão camarária de 6 de fevereiro de 1890. — Editado da mesma data.

tava. Adiante dêle construiu-se um segundo arco, de menores ponto e vão, *arco pequeno de S. Paulo*, proporcionando-se assim um digno remate à bela rua que da praça de Luiz de Camões se vai espriar na praça do Duque da Terceira.

A rua da Cordoaria Nova desapareceu, afogada no interior do quarteirão dos prédios entre a igreja da Encarnação e as casas que se lhe seguem na rua do Alecrim, e a rua António Maria Cardoso.

Todos os prédios da rua do Picadeiro ou do Tesouro foram arruinados pelo incêndio de 1755. Os do lado ocidental desta rua, onde havia sido a cordoaria nova, e depois as extensas cavaliças da Casa Real (214^m,8 × 14^m,1) (que já o eram em 1650, como indica uma rubrica da planta de Tinoco), ficaram, depois de edificados, com a sua fachada no mesmo alinhamento do daqueles velhos casarões da fábrica de cordame.

A primeira casa, que esquina para o largo do Chiado, é um prédio de rendimento.

O segundo prédio é o animatógrafo denominado Chiado Terrasse, que foi construído em 1905 em terrenos adquiridos ao capitalista Dr. A. A. Carvalho Monteiro; funcionou primeiro ao ar livre, e foi reedificado em 1910 como salão para exibições cinematográficas, conquanto por vezes tenha servido para outros espectáculos ⁽⁹¹⁾.

Segue-se-lhe o extenso muro dos jardins do palácio Farrôbo, sito na rua do Alecrim, que ficaram com um portão na rua do Tesouro Velho, como dissémos.

Aos muros dêstes jardins encostava-se um tanque ou pia com 4 bicas, no sítio marcado no nosso mapa I. Esse tanque, chafariz do Tesouro Velho, que foi construído entre os anos 1853 e 1855, e demolido cêrca de 1916, veio substituir o antigo chafariz do Loreto, que tinha uma estátua de Neptuno feita de mármore, e estava situado no local onde se ergue hoje a estátua do poeta Chiado. Este chafariz foi demolido pela mesma ocasião, e a estátua transferida para o jardim da estação elevatória das águas, nos Barbadinhos.

⁽⁹¹⁾ Veja-se *Lisboa de lés-a-lés*, por Luiz Pastor de Macedo, vol. I, 1940, pág. 123.

Para MOBILAR
E DECORAR
UMA CASA
consulte o nosso decorador

**MODERNAS
MOBÍLIAS**

E EM ESTÍLOS
CLÁSSICOS

**C O M P A N H I A
ALCOBIA**

Rua Ivens, 14 — Rua Capêlo, 1 a 9

FACILIDADE DE PAGAMENTOS



GRAMOFONES

para todos os preços

com motor de corda

modêlos com
motor - eléctrico
de absoluta novidade

EST. VALENTIM DE CARVALHO
RUA NOVA DO ALMADA, 97
L I S B O A

Telef. 20244

Teleg. PAPELCAR

Secções de valores
selados e tabacaria

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34. RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

Fábrica Cerâmica
CONSTANCIA

Faiança Battistini

de

Maria de Portugal

Azulejos e louças artísti-
cos em todos os estilos.
Restauros, decorações de
interiores, jardins, bancos,
fontes, capelas, silhares de
azulejos geométricos, cópia
de antigos e composições.
Imagens, quadros históri-
cos, populares, regionais e
pastoris. Brasões, letreiros,
etc.

Rua de S. Domingos à Lapa, 8
LISBOA Telefone 6 3951

Capital e fundos de reserva
Esc. 28.000.000\$00

Banco Lisboa & Açores

Filial no Pôrto e Agências
e correspondentes no País e
nas principais cidades do
— estrangeiro —

Todas as operações de
comércio bancário

Os próximos romances de
autores nacionais que a

Parceria António Maria Pereira

VAI EDITAR:

SOLAR DESABITADO

por Augusto da Costa



SEGREDO DE AMOR

por Maria de Figueiredo



A GARÇA E A SERPENTE

por Francisco Costa



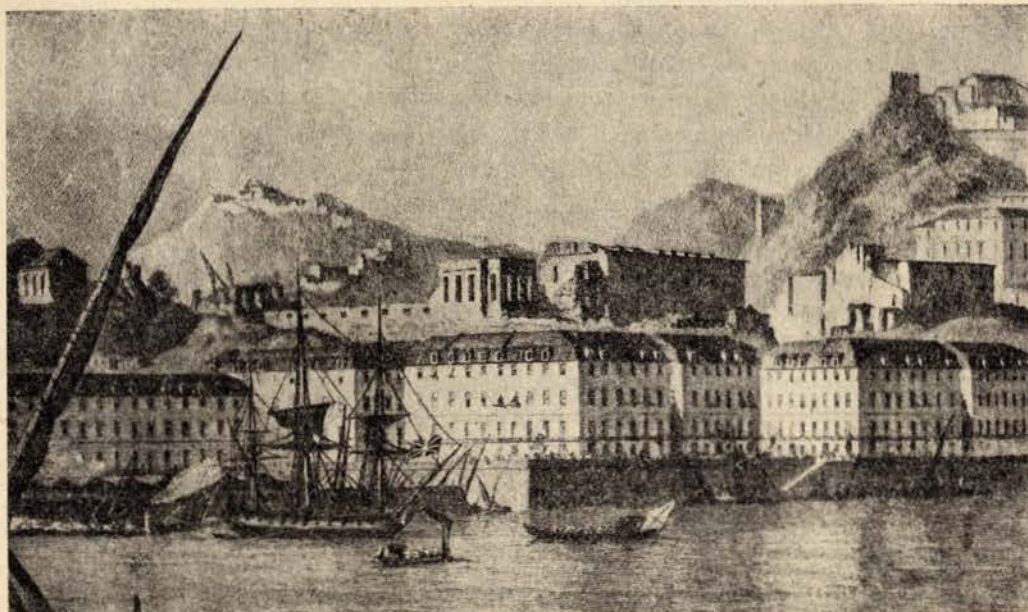
Enviam-se preços e catálogos, e fazem-se demonstrações
dos aparelhos de limpeza em qualquer parte do continente

ELECTROLUX LIMITADA

LISBOA
AV. DA LIBERDADE, 141
Telef. 2 8246

PORTO
PR. DA LIBERDADE, 123
Telef. 2033

Levantam-se em seguida 4 prédios de rendimento (n.ºs 3 a 33), dois dêles da Casa de Bragança (n.ºs 9 a 13 e 23 a 29), aos quais se segue o edifício que substituiu o palácio do marquês de Valença (n.ºs 3 a 7), hoje da Sociedade do Terraço Bragança, L.^{da}, e de que já tratámos.



Estampa 10.ª

RUÍNAS DOS PALÁCIOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA E DE VALENÇA,
NOS FINS DO SÉCULO XVIII

O primeiro, por cima do grande prédio do centro da gravura, mostra 10 janelas na fachada que está na sombra; o segundo à esquerda, tem só 7 janelas visíveis em duas fachadas que formam uma engra

Extracto de uma vista panorâmica de Lisboa «Vue du Port de Lisbonne», pintada por Noel, gravada por Allix e dedicada ao Duque de Lafões

palácio do marquês de Valença, um ângulo obtuso saliente, que lá se pode ainda observar.

A fachada das cavaliariças da Casa Real formava, com a do

O alinhamento do lado oriental da rua foi regularizado pela cedência duma nesga triangular do leito da rua, que a Câmara Municipal fêz em 3 de Janeiro de 1855 à Casa de Bragança ⁽⁹²⁾. Essa nesga está limitada, até aos portões do pátio de Bragança, pelo gradeamento ao longo da rua, e prolonga-se no mesmo alinhamento até à muralha sul de suporte da esplanada.

O pátio do Duque de Bragança, ou simplesmente pátio de Bragança, em frente da entrada principal do Hotel Bragança, é fechado, do lado da rua Vítor Córdon, com dois portões de ferro; mas ignoramos se é via pública municipal, como dizem alguns roteiros de Lisboa, ou terreno particular, da Casa de Bragança.

No lado oriental da rua, onde tinham ardido completamente tôdas as casas até ao hospital dos frades do Varatojo, foi a rua regularizada, e construiu-se na parte norte, ainda no século XVIII, o palacete que lá vemos, com rez-do-chão e dois andares, e jardim no lado posterior, entre as ruas António Maria Cardoso e da Luta, pois que o encontramos representado, com o feitio que hoje possui, na planta de Lisboa de 1807. Este palacete é agora propriedade da Companhia de Seguros «A Mundial», que nêle tem instalados os seus escritórios no 1.º andar, estando no 2.º a Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Aos jardins dêste palácio segue-se a travessa dos Teatros ⁽⁹³⁾, antigamente travessa do Tesouro Velho, que em declive áspero comunica a rua António Maria Cardoso com o largo do Picadeiro.

Desta travessa para o sul começavam as propriedades da Casa de Bragança, como se vê no nosso mapa I, que foram arruinadas pelo terremoto de 1755, e todo o terreno que elas ocupavam está hoje preenchido com prédios novos.

A planta de Lisboa levantada em 1807, assim como outras mais modernas, mostram o local com disposição topográfica já diferente daquela com que ficou logo depois do terremoto.

(92) Este terreno tinha uma superfície triangular, com $78^m,1 \times 12^m,1$, e chegava até à muralha pública, ao fundo do pátio do Duque de Bragança, que era a actual muralha de suporte do terraço superior, que forma o fundo da Refinaria Brasileira. — De uma planta do Arquivo da Casa de Bragança.

(93) A nova denominação foi aprovada em sessão camarária de 28 de Novembro de 1893. — Edital de 18 de Dezembro.

Sobre as ruínas dos paços e suas dependências foram-se construindo barracas, com serventia por vários pátéos ⁽⁹⁴⁾; da *areia*, da *raínha*, das *cocheiras*, e outros, constituindo colmeias de gente pobre, que ainda perduravam em 1845 ⁽⁹⁵⁾.

Também foram adaptados, para rendimento, alguns edificios de maior vulto, cujas paredes haviam ficado menos arruinadas.

Os prédios que esquinam da rua António Maria Cardoso (n.ºs 58 a 74) para a travessa dos Teatros, foram construídos no local do hospital dos frades do Varatojo e de uma cocheira da casa ducal; pertencem hoje a particulares, ficando em parte das suas trazeiras o jardim de inverno do animatógrafo S. Luiz.

No local da casa dos arreios e do pátéo contíguo, e ainda em parte da casa que foi enfermaria, havia, no meado do século XIX, dentro do *pórtico do palácio que foi dos duques de Bragança* ⁽⁹⁶⁾, uma oficina de ferraria, que em 1873 estava arrendada à Repartição (depois Intendência) das Obras Públicas do Distrito de Lisboa, cocheiras, cavalariças, palheiros, uma abegoaria, e várias barracas e casas de habitação.

No local destes edificios construiu-se em 1893, e inaugurou-se em 22 de Maio de 1894, o teatro D. Amélia, que um incêndio devorou em 13 de Setembro de 1914. Foi reconstruído aproximadamente com a mesma traça, reabrindo em 1916. O nome foi-lhe mudado, depois da implatação do regime republicano, para Teatro da República, e depois para Teatro de S. Luiz, em homenagem ao seu empresário, o visconde de S. Luiz de Braga ⁽⁹⁷⁾.

⁽⁹⁴⁾ *Regulação para o estabelecimento da Pequena Posta em Lisboa*, ano 1801, págs. 67 e 70. — Outras citações in *Lisboa de Lés-a-lés*, por L. Pastor de Macedo, vol. I, 1940, pág. 118.

⁽⁹⁵⁾ *Manual Descriptico de Lisboa, e Pôrto* por J. I. C. Chianca, Lisboa, 1845, págs. 481, 493 e 483.

⁽⁹⁶⁾ *Livro 2.º do Cadastro dos Prédios Urbanos em Lisboa e Paço d'Arcos*, 1858 a 1904, fl. 4. — No Arquivo da Casa de Bragança. — Este *pórtico* não era o do palácio, mas sim o portal de entrada para um átrio que ficava aproximadamente no sítio do prédio da Casa de Bragança, n.º 36 da rua António Maria Cardoso.

⁽⁹⁷⁾ A sua crónica pode ver-se, por exemplo, in *Carteira do Artista*, por António de Sousa Bastos, Lisboa, 1898, pág. 195, e em outros livros.

Hoje é o Cine-S. Luís, e dedica-se, desde Abril de 1928, à exploração cinematográfica.

Os paços ducaes foram mais arruinados pelo fogo do que pelos abalos do terremoto, conquanto êste também lhes tenha produzido algumas avarias. As galerias de cima abriram tais fendas que foi necessário apeá-las, e só resistiram os quartos baixos, que o rei D. José mandou telhar e madeirar provisoriamente ⁽⁹⁸⁾.

Ardeu o valioso cartório da Casa de Bragança, o tesouro antigo e moderno, muitas peças de ouro e prata, que depois se converteram em *muitas mil barras, que faziam um montão pasmoso* ⁽⁹⁹⁾. Devorou o incêndio a real cavalaria, cocheiras, casa dos arreios, coches, seges e mais carruagens do real serviço, com a nova enfermaria dos criados. Escapou do fogo o barracão de madeira onde se guardavam as berlinhas, e a oficina onde se estava fabricando a custódia para o Santíssimo Sacramento.

Nos fins do século XVIII estavam as ruínas do palácio aproveitadas para muitas e variadas aplicações. Um documento de 1789, a propósito de uma tentativa do seu arrendamento por um particular, diz-nos que se achavam ali ⁽¹⁰⁰⁾:

A Fábrica e Aula de Escultura, de que era mestre Joaquim Machado de Castro;

Fundidores de sinos;

Organeiros fazendo o órgão novo para o convento da Estrêla;

Cocheiras com carruagens e carros-matos;

⁽⁹⁸⁾ *Memórias Curiosas*, por Fr. António do Sacramento, ed. de *A Feira da Ladra*, Lisboa, 1939, pág. 23.

⁽⁹⁹⁾ *História Olisiponense do grande Terremoto e incendio successivo do anno de 1755*, escrita em Dezembro de 1757 por um anónimo. — Mss. pertencente ao autor. — Êste cronista refere que *tanto que o fogo se foi apropinquando á cavalaria, um criado teve a advertencia de cortar as prisões dos urcos, cavalos e bestas muares, e saindo todos estes animais pelas portas fora zurrando horrosamente pelo fumo e labaredas em que estava a cidade, foram por destino próprio parar todos ao sítio de Belém.*

⁽¹⁰⁰⁾ *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, II, *Documentos*, 1936, pág. 127.

Colunas, portais e obras de talha que serviram na varanda da a construção, nas ruínas dos Paços ⁽¹⁰¹⁾, de um quartel para alojamento de uma Companhia da Guarda Real da Polícia, e dos seus respectivos oficiais e oficiais inferiores, o que parece não ter sido executado.

Nos começos do mesmo século, em 1801, ainda havia o *sítio* do Aclamação (de D. Maria I).



Estampa 11.^a

PALÁCIO DO DUQUE DE BRAGANÇA (?) OU DO MARQUÊS DE VALENÇA (?)
 NO SILHAR DE AZULEJOS DO MUSEU DAS JANELAS VERDES
 (2.º quartel do século XVIII)

Alojamentos de criados velhos e aposentados da Casa Real;
 Armazéns com materiais, e muitas mais coisas.

⁽¹⁰¹⁾ Arquivo da Direcção da Arma de Engenharia, G. A. — P. 1, desenho n.º 34.

Nos princípios do século seguinte, talvez por 1805, projectou-se Tesouro Velho, e a ermida de N. S.^a da Graça ou da Conceição, e o arco do Tesouro ainda estava de pé em 1826 ⁽¹⁰²⁾.

A gente que habitava nos vários pátios e nas ruínas do palácio custou muito a desalojar para se proceder à regularização do local, e várias diligências fez a Câmara para isso ⁽¹⁰³⁾; mas um incêndio que em 1841 devorou uma parte do palácio e das casas contíguas veio talvez facilitar a solução do problema, pois que se começaram então a construir com celeridade os prédios naquêlê sítio.

Regularizada a rua, ainda a fachada dos velhos paços dos duques de Bragança continuou ocupando uma comprida mas estreita nesga do passeio e do leito da actual rua, irregularidade que desapareceu quando foram construídos os prédios que chegam até à esquina da rua Vitor Córdon.

Esses grandes prédios da Casa de Bragança que tornejam da rua Vitor Córdon para as ruas António Maria Cardoso e da Luta, ocupando exactamente o local dos antigos paços ducaes, foram construídos pouco depois de 1858, segundo se infere de um projecto apresentado em 28 de Abril do referido ano, pelo cenógrafo decorador (arquitecto?) Achilles Rambois, que foi executado, depois de algumas alterações.

Os dois primeiros prédios da rua António Maria Cardoso são perfeitamente iguais, e separa-os uma garagem com terraço por cima (n.^{os} 12 a 16), que pertence ao prédio meridional; ambos têm andar térreo, 1.^o e 2.^o andares, e 7 vãos de portas ou de janelas em cada andar.

Depois de concluídos foram arrendados pela primeira vez em 1861 e 1862. No do norte (n.^{os} 18 a 26) estão actualmente instalados os serviços da Polícia de Vigilância e Defêsa do Estado, e contígua fica-lhes a garagem dos automóveis (n.^{os} 30 a 34), e a seguir o refeitório (n.^o 36) da mesma polícia; no do sul (n.^{os} 2 a 10) está alojada a Embaixada do Brasil, e nos baixos a secretaria da Administração da Casa de Bragança, esta desde o 2.^o semestre de 1860.

⁽¹⁰²⁾ *Memória sobre Chafarizes, etc.*, por J. S. Velloso de Andrade, 1851, pág. 89.

⁽¹⁰³⁾ V. Citações in *Lisboa Antiga*, 2.^a parte, *Bairros Orientais*, 2.^a ed., vol. VIII, págs. 100 a 102.

O edifício do Hotel Bragança, primeiramente denominado Hospedaria de Bragança, e depois, talvez por soar mal esta castiça designação portuguesa, chamado Braganza Hotel, alugado actualmente às Companhias Reünidas Gás e Electricidade, tem lojas na frente oriental e em parte da frente norte, rez-do-chão, 1.º e 2.º andares e sotão habitável; 11 janelas na fachada do norte e 12 na do sul; e 5 na frente do nascente e 4 na do poente.

Não conseguimos averiguar em que ano foi construído o edifício (talvez depois do grande incêndio de 1841) ⁽¹⁰⁴⁾, mas no 2.º semestre de 1845 já a *Hospedaria de Bragança* estava arrendada a Carlos Clemente Dyson. Por escritura de 8 de Maio de 1850 foi arrendado a D. Maria Vivion Dyson Meston, e desde Janeiro de 1877 (escritura de 10 de Novembro de 1876) até ao fim do 2.º semestre de 1911 foi explorado, e depois arrendado a Vítor Carlos Sasseti. Depois de estar 3 anos e meio devoluto, foi o prédio alugado, em 5 de Agosto de 1915, às Companhias Reünidas Gás e Electricidade ⁽¹⁰⁵⁾.

Na antiga rua do Outeiro ⁽¹⁰⁶⁾ (mapa I), que se seguia, para nascente, paralelamente à anterior, levantava-se ao fundo, do lado ocidental, o palácio de Pedro Álvares Cabral de Lacerda e as suas dependências, situado onde são hoje os jardins do prédio da Companhia de Seguros «A Mundial» no largo do Chiado; a êle seguiam-se outras casas do mesmo, já na rua da Oliveirinha, até à rua do Saco ⁽¹⁰⁷⁾.

A rua do Outeiro conservou o mesmo nome depois de regulari-

⁽¹⁰⁴⁾ Veja-se *Lisboa Antiga*, por J. de Castilho, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, vol. VIII, 1937, pág. 102.

⁽¹⁰⁵⁾ Do Arquivo da Casa de Bragança. — Conservam-se no mesmo arquivo, encaixilhados, os projectos ou desenhos das fachadas do edifício, não datados, e assinados pelo architecto Feliciano de Sousa Correia. — Em 1851 era êste um dos architectos da Inspeção Geral de Obras Públicas do Reino, e desde 1853 e ainda em 1865, primeiro architecto da Intendência das Obras Públicas do Distrito de Lisboa. — *Almanak Estatístico de Lisboa para 1851*, pág. 40, e *Almanak Industrial e Commercial de Lisboa para o anno de 1865*, Lisboa, 1865, pág. 156.

⁽¹⁰⁶⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 112.

⁽¹⁰⁷⁾ *Idem, idem*, fls. 114 v. a 116 v.

zada em seguida ao terremoto, e em 1890 foi crismada em rua Paiva de Andrada ⁽¹⁰⁸⁾.

Seguia-se-lhe para nascente, no seu tópo sul, a rua da Oliveirinha ⁽¹⁰⁹⁾, a qual, na região que estamos estudando, ocupava uma pequena faixa do leito do largo do Directório, antigo largo de S. Carlos ⁽¹¹⁰⁾.

Da rua da Oliveirinha descia, para o sul, a rua do Saco, sem saída (mapa I), com dois becos no seu lado ocidental: o Cancelo de Cima e o de Baixo ⁽¹¹¹⁾.

Nesta rua estavam situados, no lado do nascente, vários edifícios com cêrca de 7^m,5 de fundo, místicos com o convento de S. Francisco, e no do poente, ao fundo da rua, além de várias casas de particulares, o hospital da Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade ⁽¹¹²⁾, fundado em 1671-73, ao qual ficavam fronteiras outras casas da mesma Ordem Terceira, que pelo fundo entestavam com o Convento.

A rua do Saco e a da Ametade ⁽¹¹³⁾, que lhe fazia seguimento para o norte até à rua das Portas de S.^{ta} Catarina, foram regularizadas depois de 1755, e rasgou-se a sua continuação para o sul através de prédios e da horta do Duque, até à actual rua Vítor Córdon, dando origem à rua Nova dos Mártires ⁽¹¹⁴⁾, actualmente rua Serpa Pinto.

⁽¹⁰⁸⁾ Deliberação camarária de 6 de Fevereiro de 1890. — Edital da mesma data.

⁽¹⁰⁹⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 115.

⁽¹¹⁰⁾ A mudança do nome foi deliberada em sessão camarária de 4 de Setembro de 1913. — Edital de 18 de Outubro do mesmo ano.

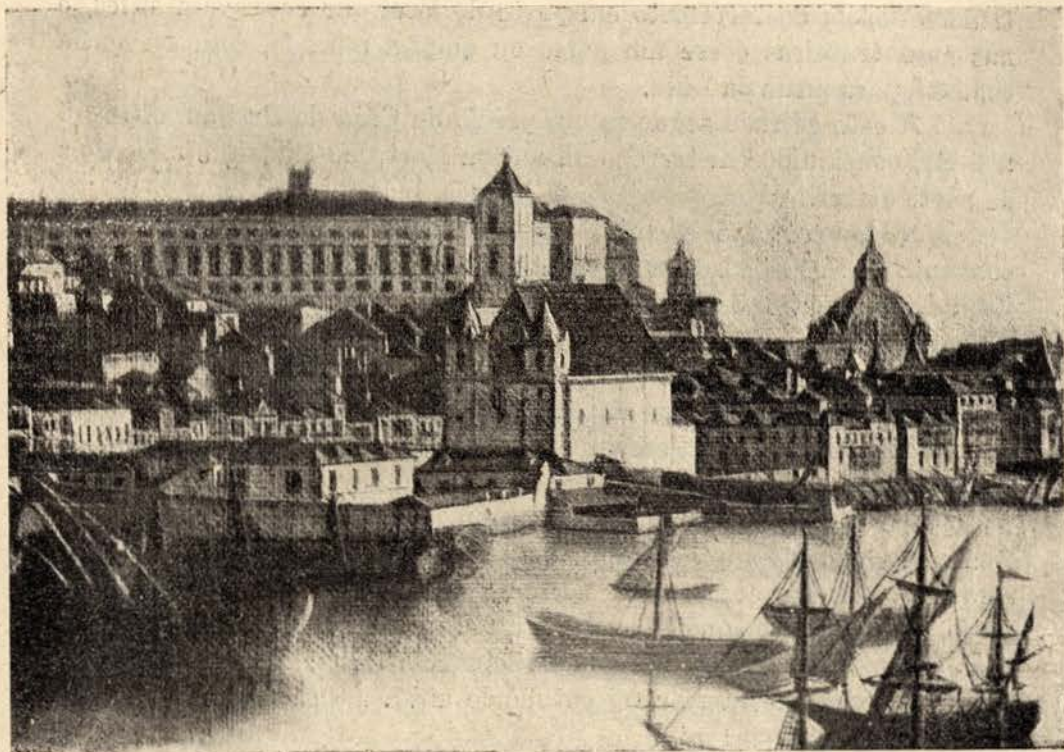
⁽¹¹¹⁾ *Demonstração Histórica*, etc., por Fr. A. da Conceição, 1750, pág. 421.

⁽¹¹²⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 120 v.

⁽¹¹³⁾ *Idem*, idem, fls. 117 e 126 v.

⁽¹¹⁴⁾ *Itinerário Lisbonense*, ed. de 1804, pág. 35. — Por deliberação camarária de 3 de Setembro de 1885 (edital de 7 do mesmo mês), passou a chamar-se rua Serpa Pinto. — O trôço compreendido entre o largo do Directório e a rua Vítor Córdon, por deliberação da Câmara, em sessão de 24 de Maio de 1920 (edital de 17 de Outubro de 1924), recebeu a denominação de rua da Leva da Morte; e o mesmo trôço de rua, em sessão de 25 de Dezembro de 1924 (edital de 5 de Janeiro de 1925), trocou o nome em rua 16 de Outubro; e em sessão de 4 de Fevereiro de 1937 foi crismado em rua Coronel Galhardo. Finalmente, em sessão de 12 de Agosto de 1937 (edital de 19 do mesmo mês), passou novamente êste trôço de rua a fazer parte da rua Serpa Pinto, e com o mesmo nome.

No seu lado oriental, ao Teatro de S. Carlos, e a um prédio com



Estampa 12.*

PALÁCIO DO MARQUÊS DE VALENÇA NOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XVIII

Termina à direita por um torreão que se projecta no céu. O número de janelas parece exagerado. Por baixo vê-se a igreja de S. Paulo, e à direita a cúpula do torreão do Palácio Real da Ribeira. Entre o Palácio e este torreão, nota-se a torre sineira da Igreja dos Mártires

Dum quadro a óleo de autor desconhecido

(Foto de Ed. Portugal)

5 andares, que também pertence ao Estado desde 1888 ⁽¹¹⁵⁾, onde se

⁽¹¹⁵⁾ *O Real Teatro de S. Carlos de Lisboa — Memórias — 1883-1902*, por Francisco da Fonseca Benevides, Lisboa, tomo 2.º, 1902, pág. 53.

acham dependências do mesmo teatro, segue-se o Hospício e Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade (porta n.º 7), construídos depois do terremoto em parte do local que ocupavam antes, e nas suas trazeiras corre um pátio ou quintal murado, com serventia também para a rua da Luta.

A êste edificio segue-se um prédio da Casa de Bragança (n.ºs 5 a 5 E), construído em terreno da antiga Horta do Duque, e mais dois de particulares.

No lado oriental levantam-se as fortes e macissas construções do convento de S. Francisco, adaptadas actualmente a serviços do Governo Civil de Lisboa (n.º 8 E), calabouços e garagem (n.ºs 8 a 8 C, onde estiveram em tempos as máquinas geradoras da luz eléctrica do Teatro de S. Carlos), e a dependências da Academia de Belas-Artes (n.º 6).

Segue-se o prédio de um particular (n.ºs 4 a 4 C), onde nos andares estão instalados os escritórios e oficinas da Litografia Sales, L.^{da} e a este uma alta fachada lisa, onde no cimo se vêem três janelas de peito, que pertencem a uma garagem ou arrecadação, cujo pavimento fica ao mesmo nível que o largo da Biblioteca Pública, para o qual tem serventia por um corredor de acesso, com entrada por um portão de ferro, com o n.º 3 naquêle largo. Êste muro, como pelo mapa I se vê, é o do fundo da capela-mor da desaparecida igreja do Convento de S. Francisco, cujo interior foi entulhado até à altura de um 2.º andar do lado da rua Serpa Pinto.

Por último, esquinando para a rua Vítor Córdon, fica o edificio do Ginásio Clube Português (porta n.º 2), aí instalado desde 30 de Agosto de 1884; as lojas acham-se ocupadas com oficinas e armazéns.

O antigo picadeiro dos paços ducaes desapareceu, e no seu local, herdando-lhe o nome, ficou o *pátio* ⁽¹¹⁶⁾, que mais tarde se denominou oficialmente *largo*, como de facto era e o público lhe chamava, *do Picadeiro* ⁽¹¹⁷⁾.

Os muros dêste casarão desapareceram, mas as fachadas das

⁽¹¹⁶⁾ *Manual Descriptivo de Lisboa, e Porto*, por J. I. C. Chianca, Lisboa, 1845, pág. 492.

⁽¹¹⁷⁾ *Roteiro das Ruas de Lisboa*, por E. O. P. Queiroz Velloso, ed. de 1869, pág. 130.

actuais casas, entre as quais a do Cine S. Luiz, que formam o lado ocidental do largo, estão exactamente no mesmo sítio que o muro ocidental do picadeiro; a fachada do prédio do lado sul do largo também está onde ficava o muro meridional do picadeiro; o muro norte desapareceu, pelo prolongamento e regularização da rua do Outeiro; o lado oriental do largo é formado pela fachada lateral oeste do Teatro de S. Carlos, construído em 1792, e esta é que se desvia um pouco do traçado que tinha o muro oriental do picadeiro, como se vê no mapa I.

O largo era em fundo de saco, e desde os princípios do 2.º quartel do século XIX pensou-se em dar-lhe saída pela banda do sul, para o que se fizeram os competentes estudos de uma rua que o ligasse com a do Ferregial de Cima.

Essa rua estava-se abrindo em Setembro de 1842 ⁽¹¹⁸⁾, e cremos que é o projecto da sua construção, ou uma cópia, que se guarda no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, e a que já nos temos referido. A rua atravessou o local de várias dependências dos Paços dos Duques de Bragança, a enfermaria, um páteo, a horta, e o de algumas casas de particulares que haviam existido na desaparecida rua do Ferregial.

A nova via pública recebeu o nome de rua do Duque de Bragança ⁽¹¹⁹⁾, que foi mudado para rua da Luta ⁽¹²⁰⁾.

O lado ocidental da rua foi ocupado com três grandes prédios da Casa de Bragança, construídos pelos meados do século XIX, que vão desde o largo do Picadeiro até à rua Vitor Cordon.

No lado oriental, ao Teatro de S. Carlos segue-se o quintal situado nas trazeiras do hospital da Ordem Terceira, como já dissémos; a êste umas pequenas propriedades da Casa de Bragança, construídas no sítio da horta do Duque onde estava em 1755 o barracão das ber-

⁽¹¹⁸⁾ *Synopse dos Principaes Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa do Anno de 1842*, pág. 27.

⁽¹¹⁹⁾ *Manual Descriptivo de Lisboa, e Porto*, por J. I. C. Chianca, Lisboa, 1845, pág. 205.

⁽¹²⁰⁾ Deliberado em sessão camarária de 27 de outubro de 1910; edital de 18 de novembro. — Em sessão de 4 de fevereiro de 1937 foi proposta a mudança do nome para rua Dr. António de Sousa de Macedo, o que não chegou a efectivar-se.

lindas da Casa Real, e por último a propriedade de um particular, que esquina para a rua Vitor Córdon.

Para concluir este estudo vamos apresentar a planta de uma casa nobre do século XVI, que tem permanecido inédita pelo facto de não ter sido possível até hoje identificá-la. Acha-se representada em escala reduzida, no nosso mapa III.

Trata-se de uma planta desenhada em pergaminho, que se conserva no Inventário geral da secção de Cartas (planta n.º 812) da Biblioteca Nacional de Lisboa. O pergaminho esteve servindo de capa a um livro, e por isso tem cortado o seu canto inferior esquerdo, onde estava desenhada a entrada do edificio.

A planta não está datada, nem assinada, e o seu título é simplesmente: *Casas de sua senhoria*. A escala marcada no original é 1:204.

Pelo aspecto e pelo tipo de letra a planta é evidentemente do século XVI, e mostra um edificio nobre, com rés-do-chão e 1.º andar, uma torre com 2.º andar coberto com terraço ou eirado, e dois pátios interiores; grande e pequeno.

A entrada era pelo canto noroeste, para um terraço ou varanda do 1.º andar, e no pátio grande, ao longo de dois lados e de parte do terceiro, corria uma varanda com grade, para onde as *casas da família* tinham a porta única, e quasi todas também uma janela.

As dimensões do palácio eram, segundo a escala indicada no desenho, 42,™5 de comprimento, sobre 34,™68 de largura ao norte, e 37,™12 ao sul.

Para o exterior não apresentava janelas na frente norte; na oriental apenas uma janela de frestas na capela (?); 10 janelas na fachada ocidental e 11 na do sul, que eram as principais.

O projecto parece referir-se a uma modificação, redução, ou mais provavelmente aumento do número de compartimentos do palácio, o que está indicado no desenho a traço interrompido.

A fachada ocidental do palácio deitava sobre uma rua, e olhava ou seguia para S. Roque. Ao norte ficava mistico com casas de um Gaspar Gonçalves; ao sul e ao nascente tinha jardins, o primeiro do lado da *coutada*, e o segundo do lado das *vinhas*.

No século XVI já não havia em Lisboa bairros coutados ⁽¹²¹⁾, mas todos sabem quanto as denominações se pegam aos locais, mesmo depois de haver desaparecido a causa que as originou.

A primitiva ermida de S. Roque em Lisboa foi construída em 1506, e a actual igreja em 1566.

O tratamento de *senhoria* era dado às pessoas fidalgas, e mesmo aos próprios reis da 2.^a dinastia até D. Sebastião, que já usou também o de Magestade.

Procurando ajustar a planta, que reduzimos para isso à escala 1:1000, sôbre os edificios anteriores ao terremoto de 1755, sitos na encosta dos montes de S. Francisco e de S. Roque, só encontrámos como mais conciliável, o local dos Paços dos Duques de Bragança.

Fomos por isso levados a conjecturar que a planta seja a dêstes paços, se não na sua estrutura primitiva, certamente antes das grandes obras de remodelação feitas no século XVI por D. João III.

Os fundamentos em que nos baseamos são mais os seguintes:

a) O desenho parece mostrar o terreno a descair ligeiramente para o sul, como era o dos paços.

b) As vistas que há do palácio no século XVI mostram a existência de jardins nas frentes do sul e oriental, como a planta diz que o palácio possuía.

c) Ao sul ficava uma coutada, para além dos jardins, coutada que, se fôsse efectivamente dos Paços dos Duques, necessariamente, devia ser pequena, porque não podia passar para lá da muralha de D. Fernando; e ao nascente, para além do jardim, ficava um campo de vinha, que possivelmente seria no sítio da horta do Duque.

d) A área ocupada pela Casa de Sua Senhoria aproximava-se da que possuíam os edificios dos Paços; as divergências poderão explicar-se pelas obras de ampliação.

e) A situação da entrada principal no canto noroeste do edificio não se coaduna com a localização dêste em qualquer das ruas que

⁽¹²¹⁾ Foram abolidos pelo rei D. Fernando, e confirmada a ordem por carta régia de 10 de novembro de 1392. — *Elementos, etc.*, por E. Freire de Oliveira, tomo I, pág. 294.

existiam na encosta dos montes referidos. Ficando numa rua orientada norte-sul, não repugna admitir que esta fôsse a do Picadeiro ou do Tesouro. Realmente, a indicação *para S. Roque para o poente*, parece estranha, se não pretender dizer que a rua levava a S. Roque, o que também é de estranhar, porque, mais perto e mais notórias, se achavam, para referência topográfica, as portas de S.^{ta} Catarina ou o convento da Trindade.

f) As vistas que há do palácio no século XVI não mostram qualquer tórre no meio da fachada sul, o que pode indicar ou que a representada na planta já não existia à data das mais antigas vistas conhecidas, desaparecida nalguma reforma do palácio, ou que, por ser de pequena altura, parecesse insignificante pormenor aos desenhadores das vistas.

g) A fachada sul apresenta 11 janelas, como mostram também algumas das vistas antigas que mencionámos, o que poderá indicar não só identidade de extensão das fachadas, mas que nas reedificações se respeitou êste pormenor architectónico.

Enfim, são estas as coincidências e as divergências que encontramos na planta que estamos considerando, o que significa que não possuímos elementos suficientes para afirmar que se trate de um plano dos primitivos paços doados em 1422 pelo condestável D. Nuno Alvares Pereira ao seu neto, conde de Ourem.

Pode a planta não ser a dêste palácio, nem mesmo de qualquer edifício de Lisboa, mas dando-a a conhecer aos nossos leitores proporcionamos-lhes não só fazerem idéia de como se compreendia no século XVI o plano de uma casa nobre, mas procurarem descobrir qual o edifício que no mencionado pergaminho se acha planteado.

Do Mosteiro da Madre-de-Deus, em Xabregas, e de sua excelsa fundadora

Por MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

(Conclusão)

Em 23 de Abril de 1939, quando o Grupo «Amigos de Lisboa» visitou pela primeira vez a Madre-de-Deus, lembro-me muito bem, rematei a palestra da praxe formulando um voto, que uma salva de palmas corroborou — que voltasse a haver culto na igreja da fundação da Rainha Dona Leonor de Lencastre.

Faz hoje justamente duas semanas que tal voto se tornou realidade. Deus louvado! Após setenta anos de interrupção reatou-se o culto a Jesus Sacramentado e a Sua Mãe Santíssima nesta sumptuosa igreja — a única ainda existente no formoso sítio de Xabregas, onde outrora tantas, tão grandes e tão belas havia.

Hoje não termino com um voto, mas vou acabar com dois pedidos.

O Grupo «Amigos de Lisboa» não é vulgar associação cujo fim seja pugnar pelo progresso material da sua terra. Embora êle não lhe seja indiferente é certo que não cura de tal. A sua finalidade é, acima de tudo, de ordem cultural e moral. O espírito ocupa o primeiro lugar. A defesa do património espiritual de Lisboa é sua preocupação e seu desejo que as tradições perdidas se reatem quanto possível. Em obediência a tal desejo se colocaram de novo nos claustros da Sé os corvos, que também haviam desaparecido. É igualmente de sua alçada o preitear a memória daqueles que a História regista como verdadeiros «Amigos de Lisboa».

Para visitar a igreja da Madre-de-Deus todos vós haveis de pisar as lajes sob que esperam o Juízo Final as cinzas da Rainha Dona Leonor, as de sua Irmã — a Duquesa de Bragança, Dona Isabel — e as da primeira abadeça que o mosteiro teve, Soror Colecta.

O meu primeiro pedido dirijo-o àqueles de entre vós, que têm a ventura de ser crentes e em bem pouco se cifra. É que, quando daqui a migalhinha ajoelhades reverentes no lajêdo da igreja, ergais o pensamento a Deus e rogueis pelo eterno descanso da egrégia fundadora desta mansão, onde séculos a fio floresceram piedade edificante, santa pobreza e virtudes exemplares.

**PEÇA
CHÁ
CELESTE**

Por ser o melhor e mais aromático é sempre preferido
Depressórios.

VILARINHO & RICARDO
RUA DA PRATA, 230 = LISBOA
SOCIEDADE DE CIMENIOS, L.^{DA}
RUA TRINDADE COELHO, 42, 1.^º = PORTO

Ao pedir água mineral

peça



Leve, estomacal, límpida

Efeitos imediatos na digestão



À VENDA EM TÔDA A PARTE

João de Brito, Lda.

FUNDADA EM 1836

Rua dos Arameiros, 11 LISBOA

AGENTES GERAIS EM PORTUGAL E COLÓNIAS
DAS COMPANHIAS INGLESA DE SEGUROS

SCOTTISH UNION & NATIONAL INSURANCE C.^o
THE MOTOR UNION

Seguros contra incêndio, seguros industriais e agrícolas seguros marítimos,
seguros de guerra, seguros de automóveis, Responsabilidade Civil, etc.

Telef.: 2 1327 — 2 1328 — Estado n.º 345

Teleg.: Rito

A LIVRARIA PORTUGAL

agradece a visita de V. Ex.^a às suas modernas instalações na
RUA DO CARMO, 70

NA NOSSA CASA:

Pode pedir informações sobre todos os livros, Nacionais e Estrangeiros;

Fazem-se encomendas para todos os países;

Examina-se, comodamente, todo o nosso vasto sortido, catálogos e bibliográficos.

Tem à sua escolha livros portugueses, franceses, ingleses, americanos, alemães, brasileiros, espanhóis, italianos, etc.

Secção de Literatura, Filologia, Medicina, Direito, Agricultura, História, Geografia, Técnicos, Filosofia e Religião, Arte, etc., etc.

Encontra secção de livros para meninas, rapazes, senhoras e crianças, assim como as melhores novidades Nacionais e Estrangeiras.

Livraria Portugal

Rua do Carmo, 70 — Telef. 20582

L I S B O A

Uma visita à nossa casa é, para quem ama os livros, um prazer.

As nossas instalações são amplas e modernas e temos um magnífico sortido.

Dê-nos V. Ex.^a a honra da sua visita e solicite os nossos serviços, que lhe serão sempre prestados com o maior agrado.

BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

Capital
22.000.000\$00

S. A. R. L.

SEDE:

95, RUA DO COMÉRCIO, 119

Fundos de Reserva
58.000.000\$00

LISBOA

FILIAIS — Porto, Coimbra, Faro e Covilhã

AGENCIAS — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Tôres Novas, Mangualde, Tôres Vedras, Tortozendo e Figueiró dos Vinhos

Dependência urbanas — Alcântara, Almirante Reis, Conde Barão, Poço do Bispo e Matozinhos

Efectua todas as operações bancárias



ESTRADA DE BEMFICA, N.^{OS} 275-A E 275-B — RUA DE S. DOMINGOS DE BEMFICA,
N.^{OS} 1 A 5-A

Este palacete é, com pequenas transformações operadas por José Maria Nepomuceno, o edificio do antigo convento de Santo-António-da-Convalescença. A *Guia de Portugal* (I.^o vol., pág. 23) informa que na «fachada se vêem ainda azulejos policromos do século XVII». O «ainda» está a mais, porque foram todos mandados aplicar na frontaria por Nepomuceno, e a idade dos azulejos também não está certa, porque os há também do século XVI e do XVIII. No 1.^o andar os que emolduram as janelas do corpo central e as das extremas são do mais apreciado que Sevilha fabricava na primeira metade de Quinhentos. Foram bem como outros, «comprados» como entulho nas obras da Madre-de-Deus, a cuja capela árabe pertenciam. De portas adentro há mais coisas que Nepomuceno «coleccionou» em Xabregas e em outros lados. «Espírito desempoeirado e obreiro do progresso e da civilização», José Maria Nepomuceno ainda é crêdor de uma estátua... por ter deixado ficar alguma coisa de valor no seu lugar. Podia ter sido pior!...

Fotografia de Eduardo Portugal

O outro pedido dirijo-o em nome do Grupo «Amigos de Lisboa», ao meu amigo Revd.^o Padre Álvaro Proença, que S. E. o Cardeal Patriarca nomeou primeiro Reitor da Madre-de-Deus e a quem apresento os nossos agradecimentos (por igual extensivos ao Ex.^{mo} Director do Asilo Maria Pia), pelas facilidades concedidas, e quero crer que encontrará bom acolhimento em seu coração. Também se cifra em pouco.

Que em todos os Domingos e Dias Santos de guarda, antes de dar começo ao Santo Sacrifício, convide os fiéis a rezar um Padre-Nosso e uma Avé-Maria em sufrágio da mais peregrina de quantas almas de Mulher tem havido em Portugal, a excelsa fundadora das Misericórdias, a piedosa instituidora desta casa. Que todos os anos, no dia 17 de Novembro, não havendo impedimento, se reze ao menos um responso por alma de quem foi exemplo acabado da posse plena das três virtudes teologais — a Rainha Dona Leonor de Lencastre.

Reatar-se-ão assim duas lindas tradições perdidas e continuar-se-á a pagar uma dívida contraída há mais de quatro séculos.

Amen.

L. D. V. M.

Lisboa, MCMXLII — 24 de Janeiro.

NOTAS

(¹) Longa para a época. D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, punha como limite da velhice os setenta anos. Dona Leonor de Lencastre viveu pouco mais de sessenta e sete anos e meio. Nasceu em Beja, no dia 2 de Maio de 1458, e morreu em Lisboa, aos 17 de Novembro de 1525.

(²) «ElRey em sendo Principe, tomou por devisa polla Princeza sua mulher, hũ Pelicano. Ave rompente, sangue no peito, pera sustentamento e criaçam de seus filhos que no ninho tem consigo. E tanto foy do seu contentamento, que a nom mudou depois que foy Rey, e com ella trouxe por letra correspondente aa piedosa morte do Pelicano que dizia: *Por tua ley e por tuca grey.*» — Citado por Conde de Sabugosa, in-*Rainha D. Leonor*, Lisboa, 1921, página 128.

(³) A suspeita de envenenamento de seu marido não tem o menor fundamento, nem merece hoje o menor crédito histórico. Chega a ser pasmoso como ela pôde vislumbrar no espírito de alguém!...

(⁴) Leia-se a êste respeito o depoimento de Alexandre Herculano, em suas *Cogitações soltas de um homem obscuro*, publicadas no tómo VI, dos *Opúsculos*.

Pessoalmente, D. João II era verdadeiro pôço de qualidades. Politicamente a sua acção foi perniciosa.

(⁵) Assim se esclarece o que até hoje ninguém lograra compreender... A acção da Rainha Dona Leonor prolonga-se pelo reinado de seu irmão, que ao subir ao trono segue francamente pelo caminho trilhado por D. João II, até na pompa da Córte. A pouco e pouco tudo se transforma e essa transformação opera-se com o aumento da influência da «Rainha Velha», a qual chamou a si a educação do futuro D. João III. O Romance que Gil Vicente compôs a propósito da sua aclamação constitui verdadeiro programa de govêrno e espelha com rara fidelidade a ideologia que Dona Leonor incarnava.

(⁶) Cf. Ribeiro Guimarães — *Summario de Varia Historia*, 5.º volume (Lisboa, 1875), página 183.

(⁷) É freqüente dizer-se 18 de Julho, mas é engano, filho de uma «gralha» da *Crónica Saráfica*, de frei Jerónimo de Belém.

(⁸) *In-Santuário Mariano* — 1.º Livro (2.ª edição, Lisboa, 1933) — páginas 133 e 134. Para comodidade da leitura se actualizou a grafia.

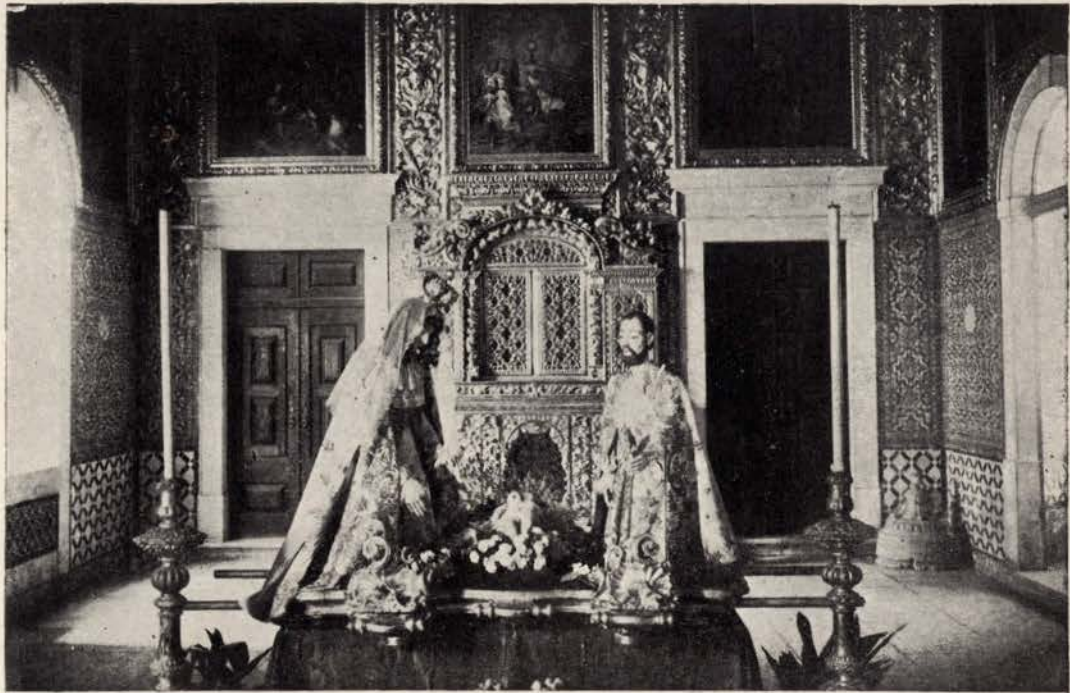
(⁹) A imagem que, hoje, se venera no altar-mor da igreja de Nossa Senhora Mãre de Deus, conquanto notabilíssima, deve ser a de Nossa Senhora das Mercês.

(¹⁰) Frei Agostinho de Santa Maria (*loc-cit.*) descreve-a assim:

«É esta Santíssima Imagem... de pasta, ao que se entende. A sua vista suspende, e arrebatá os corações; e a sua grande modéstia e reverência com que adora ao Soberano Menino, que tem diante de si, reclinado em um berço de prata, os enternece. É do tamanho do natural; está colocada em uma Capela colateral, que fica fronteira ao Còro, da parte do Evangelho. Está de joelhos com as mãos postas, como quem dá as graças ao Divino Verbo, que vê reclinado, de a eleger por Mãe sua. ...À mão direita fica S. José e assim se vê ali perpétuamente aos olhos de todos o Mistério de Deus nascido.

Têm as Religiosas a esta Soberana Imagem sempre com majestoso ornato, de preciosos vestidos, conforme os tempos; e além de outras ricas jóias com que está ornada, tem ordinariamente uma rica coroa de ouro e pedras preciosas, que custou treze ou catorze mil cruzados, feita com as despesas dos Irmãos da sua Irmandade, que é rica e mui grave.»

Parece-me — em face da descrição supra — que a Imagem não era a primitiva, porque os «falsos flamengos» só trouxeram uma e não três. Mas era assim pouco antes de 1707 e continuava a sê-lo antes que deixasse de haver culto na Igreja,



A IMAGEM DE NOSSA SENHORA MADRE-DE-DEUS.

Estado e disposição actuais

Fotografia de Eduardo de Portugal

como o leitor pode verificar do registo que Alberto Pimentel publicou, a páginas 138 de sua *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal* (Lisboa, 1899). Ao que parece tudo se perdeu, inclusivê o berço de prata e a coroa de ouro e pedras preciosas, mas em 1867 ainda lá estava. (Cf. *Notícia sobre a fundação do Mosteiro e Igreja da Madre-de-Deus*, por Joaquim Ferreira dos Sanctos Firmo. Lisboa, 1867, página 9). (Aditamento: Em Julho de 1942 vi, por baixo do côro, o grupo das três imagens colocado sobre um andor, de feitio pouco vulgar. Parece que estiveram em restauro. A coroa de ouro e o bérço de prata não estavam lá, porém, e a proporção das imagens está longe do tamanho natural.)

(¹¹) Até mais ver, cuido que tem sido a pretendida reprodução da igreja numa das tábuas do tríptico de Santa Auta o que tem levado todos a admitir que a primitiva igreja da Madre-de-Deus era quasi como pequena ermida porque assim lá é representada. Estaria bem se... a tábua houvesse sido tirada do natural, o que não me parece de aceitar, pelas razões que adiante direi.

(¹²) A tradição attribuía — não sei com que fundamento — a factura das tábuas a Cristóvão de Utreque, pintor flamengo cuja estada entre nós se encontra documentada, mas cuja obra, ao que parece, levou sumiço, quiçá em proveito da dos variadíssimos Lopes, Fernandes, Henriques e Figueiredos, mais ou menos hipoteticamente portugueses, que por cá florescia também, então.

O que qualquer pessoa, que só tenha olhos para ver os quadros e ignore por completo tudo quanto se prenda com as biografias dos chamados primitivos portugueses (primitivos do século XVI...) pode notar ao primeiro relance é a invulgar formosura da maioria das personagens representadas e (a avaliar por numerosos testemunhos, como o de que se fez eco frei Agostinho de Santa Maria) os flamengos, pelo menos enquanto meninos, eram formosos (Cf. o que se transcreveu no texto).

Nas obras de restauro (?) da Madre-de-Deus, começadas em 1872, encontrou-se entaipado o primitivo pórtico da igreja (hoje repostado), que se identificou pelas tábuas e por elas também se reintegrou.

Ora basta olhar para o quadro (aba do tríptico) que representa a chegada das relíquias ao mosteiro de Xabregas para se verificar como, por exemplo, os colonelos que ladeiam o pórtico foram infiel e deselegantemente reproduzidos pelo pintor, como desastrada é toda a figuração do cortejo.

E não oferece dúvidas que o pintor da tábua central e das figuras dos primeiros planos desenhava bem e era minuciosíssimo, pois basta examinar a forma como está tratada toda a sumptuosa indumentária exibida.

Dêste contraste infiro que o pórtico não foi pintado do natural, mas, sim segundo apontamentos, ou desenho do terceiro, que teriam sido remetidos para o pintor, que estaria em Flandres e teria recebido do Imperador Maximiliano o encargo de, por assim dizer, historiar iconogrâficamente, a dádiva do corpo de

Santa Auta, encargo de que se desempenharia deixando a outras coisas que consideraria secundárias.

Outros dados reforçam e dão consistência a este ponto de vista. A igreja da Madre-de-Deus é simples seqüência de corpos de proporções cada vez mais pequenas, que se seguem para a direita do pórtico. Ora isto não tem pés nem cabeça nem se amolda ao local e ainda menos o verem-se as águas do Tejo em perspectiva por detrás da atarracada capela-mor (?), com navios de alto bordo fundeados ou navegando a todo o pano. A porta da igreja era, como hoje, voltada ao sul (o convento ficava ao poente da igreja de modo que a orientação litúrgica desta só permitia a entrada lateralmente), o que é como quem diz voltada ao rio. Mas o curso deste não faz nas proximidades nenhum cotovêlo e muito menos cotovêlo que permitisse vê-lo como está representado no quadro. Além disso, para nascente da igreja, corria um ribeiro e havia a Fonte da Samaritana, o Paço e basto arvoredo, que não se vislumbram na tábuca.

Também o bispo, que marcha atrás do pálio, deveria representar o Arcebispo de Lisboa. Mas este era D. Martinho da Costa, pessoa de idade madura e que nunca em sua vida pôs na cabeça mitra daquele feitio. Ora o que lá se vê é gordinho e jovem que é um louvar a Deus.

Note-se mais que toda a indumentária — litúrgica ou profana — é nitidamente nórdica. Os cardeais portugueses e os nossos prelados nunca vestiram assim. O organista, que toca no «positivo» colocado no batel, traça à moda alemã.

E, como se tudo ainda fôsse pouco, importa salientar mais o seguinte:

O sexteto instrumental que toca nas bôdas do Príncipe Conan com Santa Úrsula (essa aba é vulgarmente conhecida pelo nome do «Encontro dos Príncipes»...) não era usado em Portugal, pelo que nenhum pintor português seria capaz de imaginá-lo. Por cá não se dispensava a colaboração de cornetas, harpas e rabecas — é Damião de Góis quem no-lo testifica — e no agrupamento estão apenas quatro charamelas, uma sacabuxa e uma bombardinha, ou seja um núcleo instrumental de câmara muito usado além Pirinéus, muito especialmente na Corte de Maximiliano.

É certo que, à excepção de um — presumivelmente o «rei dos charamelas» — todos os músicos são índios, coisa que só por cá se daria — o Duque de Medina Sidónia, em 1543, tinha charamelas índios, que, parece, comprara em Portugal (Cf. *Diário da jornada da infanta Dona Maria (filha de D. João III)*, in *Provas da Hist.ª Genealógica*, 3.º volume, página 124) — mas isso nada prova em contrário do que avanço, porque havendo notícia de tal, qualquer pintor, fôsse onde fôsse, podia imaginá-los, bastando dar o tom da respectiva pele aos rostos e às mãos. Mas o que o pintor não poderia supor é que os instrumentos de corda tinham por cá tão grande importância... Note-se ainda, a título de curiosidade, que a nobreza das expressões das personagens dos primeiros planos as fazem aproximar da obra de Gerardo David e — coincidência estranha — até o tecido adamascado de certo paramento tem pasmosa semelhança com outro de um quadro d'ele existente na National Gallery, de Londres, quadro onde se vê o cónego Bernardino de Salviatis,

de S. Donaciano de Bruges, com seus santos protectores, respectivamente: S. Martinho (à direita do doador), S. Bernardo (atrás dêle) e S. Donaciano (ao lado, olhando-o)...

(13) Guarda-se no Museu das Janelas Verdes, mas não conserva o espinho.

(14) Por exemplo na *Guia de Portugal*, editada pela Biblioteca Nacional de Lisboa — Cf. 1.º volume, página 313.

(15) In- *Summario de Varia Historia*, 5.º volume, página 184.

(16) Vidé, por exemplo, *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*, por D. António Caetano de Sousa, 4.ª edição, Lisboa, 1933, página 458.

As Camareiras-mores da Rainha Dona Luísa de Gusmão, foram a célebre D. Filipa de Vilhena (viúva do 5.º Conde de Atouguia, D. Luís de Ataíde) e, depois, Dona Joana Pimentel, Marquesa de Ferreira (viúva de seu tio, D. Francisco de Melo, 3.º Marquês de Ferreira, 4.º Conde de Tentúgal, etc., que com ela casara em segundas núpcias) — Cf. *Obras citadas*, páginas 198 e 23.

(17) A Rainha Senhora Dona Maria Pia, a quem chamaram «Anjo da Caridade», morreu no exílio, em 5-VII-1911, albergada por seu sobrinho, o actual Rei de Itália. Foi sepultada entre os membros da Casa de Sabóia. Parece-me, todavia, que, uma vez acabadas as presentes circunstâncias, será louvável diligenciar a transladação, para S. Vicente de Fora, dos despojos da bondosa Senhora.

(18) Os números são dados por Ribeiro Guimarães (*loc. cit.*).

(19) Apud-*A Rainha D. Leonor*, páginas 281 e 282.

(20) Ao tempo, à estrada de Benfica podia chamar-se subúrbio da capital. Hoje é diferente. Pois, na estrada de Benfica, a certa altura, quem quer que passe pode admirar os azulejos hispano-árabes que foram da Madre-de-Deus, e que de lá saíram, vendidos como inúteis, à razão de cinco réis cada um, salvo êrro. Mas ¿como pôde fazer-se tal coisa? Muito simplesmente: encheram-se barricadas de cimento com êles, mas ao de cima colocaram-se duas ou três camadas de azulejos partidos e sem qualquer merecimento. Depois: representou-se ao Ministro das Obras Públicas a necessidade de se dar destino àquele «entulho». Assim se fêz, mas «para que a lei fôsse em tudo respeitada» puseram-se as barricadas em hasta pública. A praça efectuou-se e o arrematante foi um qualquer José dos Anzóis, que mais não era do que testa de ferro de... José Maria Nepomuceno! Ainda, graças a Deus, há muita gente viva que pode testemunhar o caso.

(21) Os quadros e respectivas molduras, que estão entre o alçado dos cadeirados e relicários e o tecto, datam igualmente do século XVIII (reinado de D. João V).

(22) A resenha completa e minuciosa dos azulejos e respectivas proveniências pode ver-se em *Duas palavras sobre Pavimentos*, por Francisco Liberato Telles de Castro da Silva (ou: Liberato Tejes, *Pavimentos*), Lisboa, 1896, páginas 234 a 241 e 261. Aí se dá conta da aplicação de 72.905 azulejos vindos de vários lados.

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875



Jóias - ouro - pratas - relógios

RUA MARTIM MONIZ, 2-10

RUA DA MOURARIA, 7-11

Telefone 2 8336

LISBOA

TEODORO

O MAIS ANTIGO
FABRICANTE
DE LANTERNAS,
estilos, D. JOÃO V,
RENASÇENÇA,
POMBALINO,
D. MARIA I
etc.



L O P E S R A M O S

FORNECEDOR de
LANTERNAS para
MINISTÉRIO, O. P.
PALÁCIO de QUE-
LUZ, POUSADAS de
TURISMO, S. P. N.
PALÁCIOS e SOLA-
RES PORTUGUE-
SES, etc.

113 - R. DO DIARIO

DE NOTÍCIAS - 119

(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

Um antepassado do automóvel *

Por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

A fechar o curioso cortejo das viaturas, há poucos anos organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, assistimos à passagem de um grupo de automóveis de variados tipos, e que fizeram o espanto e as delicias dos lisboetas do último quartel do século passado, desde o velho carrinho do falecido Snr. Neupart, e do famoso Berliet vermelho do Senhor Infante D. Afonso, verdadeiro terror dos plácidos transeuntes das ruas da Baixa; até os confortáveis e velozes modelos de linhas aerodinâmicas usados em nossos dias. E todos ficámos convencidos de que ante os nossos olhos passara, como anos antes pela avenida central dos Campos Elyseos em Paris, tudo o que representava a evolução do automóvel.

Nada disso. Afinal parece que êsse prático meio de locomoção é muito mais antigo, pois já em pleno século XVIII, a Rainha D. Maria I, em certa tarde de Junho de 1781, há precisamente cento e cinquenta e nove anos, se dignara assistir na sua Quinta de Belém, à experiência de «um carrinho que anda por si», e lhe foi mostrado pelo francês Pierre Delaval, a quem Sua Majestade mandou dar a gratificação de 57\$600 reis, conforme consta do referido recibo passado pelo inventor:

J'ai reçu par les ordres de Son Excellence Monseigneur le Marquis de Marialva Douse monnaye d'or aujourduy 19 Juin 1781.

Pierre Delaval.

A margem do recibo encontra-se esta elucidativa nota:

São 57\$600 rs. que se entregarão ao Marquez de Marialva para este homem que veyo em 16 de Junho à Quinta de Belem com hum carrinho que anda por si para verem suas Mag.^{es}

Pelo visto parece que os precursores dos nossos Role Royce (Este nossos é fôrça de expressão, está claro) não fazem a glória do século das luzes.

Lisboa, Junho de 1940.

* Publicação na «Revista Portuguesa», Ano VII, 2.ª série, n.º 11, Janeiro-Fevereiro de 1941, Funchal, Ilha da Madeira.

Arquivo Geral da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivos Portugueses

POR D. FERNANDO PAES DE ALMEIDA E SILVA

(Conclusão)

o espaço para, num próximo futuro, poder ser, em boa verdade, o Museu da Câmara Municipal de Lisboa.

III ÉPOCA

Em face do que deixamos dito, impunha-se, pois, a criação de um Museu Municipal, e, conseqüentemente, a aquisição de instalações condignas.

Assim o entendeu a Vereação a que pertencia o Comandante Quirino da Fonseca, que, como prova da sua dedicação pelas coisas do espírito, e, como pessoa inteligente, culta e desejosa de cumprir, dentro das possibilidades municipais, a função que se encontrava desempenhando, empregou o melhor do seu esforço e boa vontade no sentido de que essa obra se realizasse.

Devido à iniciativa dêste ilustre vereador e à ardorosa acção que nêsse sentido desenvolveu, em 5 de Julho de 1931 foi, solenemente, inaugurado o Museu Municipal, depois chamado *Museu Municipal das Galveias*, por ser instalado no antigo palácio dos Condes das Galveias.

Este edifício tem uma história muito interessante e intimamente ligada à história da família Távora, fortemente perseguida pelo Marquês de Pombal.

Para êste Museu se transferiram os objectos existentes no Arquivo e os ofertados por particulares, dando-se-lhes assim um alojamento absolutamente adequado.

Com êsse núcleo artístico se formou essa instituição.

Interessante seria a criação de um Museu Municipal, mas, tipicamente, cidadão, onde se encontrassem somente espécies que dissessem respeito à Cidade e sua história.

Difícil se torna esta realização por várias razões, a que não são estranhos

o factor de ordem económica e o egoísmo de certos indivíduos que se dizem «lisboetas de alma e coração». De entre os que ainda não fizeram a sua oferta real ao seu Município um há que, merecendo lugar de destaque pelo seu saber, sua cultura, inteligência e erudição, não está, nem pode estar englogado no número dos que atrás apontamos, merecedores do nosso reparo.

Embora se tornasse desnecessário citar o seu nome, por de todos ser, sobejamente, conhecido e querido, não queremos deixar de prestar aqui a nossa homenagem, modesta, é certo, mas muito sinceramente sentida, ao Senhor Engenheiro A. Vieira da Silva, que a Lisboa e à sua história tem dedicado toda a sua vida, possuindo a mais completa e bem ordenada colecção que, por si só constituiria um verdadeiro museu olissiponense. Para este Senhor vão, pois, os nossos louvores e não a nossa crítica ou indicação do critério a seguir, pois estamos certos que entre nós há comunhão de idéias a tal respeito.

Aos outros me referia e me dirijo em seguida. Várias são as colecções de objectos organizados que interessam, sobremaneira, à história de Lisboa e se encontram na posse de particulares, mas bem dignos se tornariam do bom nome de «lisboetas», que evocam, se à sua Câmara os oferecessem para o seu Museu.

À sua consciência, mais de portugueses que de lisbonenses, aqui deixamos este alvitre, que, decerto, já a própria consciência lhes indicou como caminho a seguir, mas aos quais faltou até hoje a força moral suficiente para, em benefício da comunidade, se desfazerem dessas colecções.

Felizmente, várias excepções há a este mau proceder e com muita satisfação aqui poderíamos enumerar os nomes destes doadores, que, bem compreendendo a iniciativa da Câmara, fundando o seu Museu, à chamada acorreram fazendo as suas ofertas, mas não está no plano deste estudo fazer tal enumeração.

A título de curiosidade, e como exemplo a seguir pelos que se dizem ciosos da sua qualidade de cidadãos lisbonenses, mas que, unicamente, têm provado sê-lo, sim, mas das suas colecções, vamos aqui apontar o acto, cheio de altruísmo e civismo, praticado pela Ex.^{ma} Senhora D. Olga de Moraes Sarmiento, há muitos anos longe de Portugal.

Ofereceu esta ilustre Senhora, ao Município de Setúbal, terra onde nasceu, a sua rara e valiosa colecção constituída por desenhos, esculturas em madeira, antigas e modernas, e uma biblioteca de quasi 3.000 volumes, onde se encontram verdadeiras e valiosíssimas raridades bibliográficas.

Para a instalação de tão valiosa dádiva adaptou o Município daquela Cidade três das suas salas e ali guardou condignamente aquelas espécies.

O gesto praticado por esta Senhora teve como prémio, por parte do Governo, a Portaria que segue, assinada no dia 9 de Novembro de 1939 por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional:

«Manda o Governo da República Portuguesa, pelo ministro da Educação Nacional, que seja dado público testemunho de louvor à escritora D. Olga de Moraes Sarmiento por haver doado ao Município de Setúbal, terra da sua naturalidade, valiosos livros, pinturas, desenhos, autógrafos e objectos artísticos, o que constitue, pelo seu valor intrínseco e significado cultural e social, liberalidade que bem merece dos poderes públicos e exemplo digno de ser registado».

Muitos exemplos semelhantes poderíamos apontar, como dissemos, se certos cidadãos de Lisboa quisessem compreender as iniciativas e boa vontade do seu Município, e com que satisfação nós os citaríamos, como exemplo a seguir pelos vindouros, mas... o seu egoísmo não lhes permite a prática de tal acto.

Não se cansa, no entanto, a Câmara de enriquecer o seu Museu com a aquisição de obras de arte, aumentando, assim, as suas colecções.

Esta mudança a que nos referimos, dos objectos para o Museu, fez-se quando o edificio dêste ainda estava em obras.

As últimas espécies transferidas foram levadas pouco antes do dia da inauguração.

Árdua era a tarefa de, no pouco tempo disponível para que a inauguração se não tivesse de adiar mais uma vez, se collocarem e arrumarem os objectos existentes.

Nêste trabalho merece especial referência, pela dedicação e actividade dispendida, colaborando com o incansável Ex.^{mo} Senhor Comandante Quirino da Fonseca, não só os operários municipais dirigidos por Dias Sanches, mestre Ferreira, Abreu e outros nos seus trabalhos de restauração do edificio e construção do mobiliário indispensável, mas, também, aqueles senhores que, pela sua competência, trataram de classificar, ordenar e arrumar as espécies a expôr.

A êstes vamos passar a referir-nos.

Dividiram-se êles pela Biblioteca e Museu, tendo apenas a auxiliá-los alguns subalternos em serviços inferiores e de limpeza, mas a-pesar-disso tudo se ordenou e arrumou devidamente e a tempo.

Nas Oficinas Municipais executou-se o mobiliário adequado às colecções. As secções Numismática e Oriental foram, respectivamente, dispostas pelos Senhores Engenheiro Santos Silva e Dr. Nóbrega Salgueiro.

A colecção Numismática, se não é muito numerosa em exemplares, é, no entanto, muito valiosa, pois nela se encontram algumas raridades que não existem na colecção da Biblioteca Nacional ou noutras de conceituada categoria.

A documentação das artes Chinesa e Japonesa, embora em reduzido número, é uma das principais, em países do Ocidente, pelo critério que presidiu à escolha e aquisição de exemplares, o que se deve ao Dr. Nóbrega Salgueiro que no Oriente as adquiriu.

Um nome igualmente ilustre e de sobejo conhecido no meio intelectual se não deve esquecer nêste momento, como participante e valiosíssimo factor nesta vitória que vimos narrando, o do Ex.^{mo} Senhor Joaquim Leitão, a quem a Biblioteca deve, pela sua ardorosa acção, a maior parte das suas espécies, e que então tinha sido nomeado Inspector das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais. A êle se deve a secção bibliográfica de urbanismo, constituída por centenas de publicações dos principais municípios estrangeiros.

Sobre a vantagem que desta secção a Câmara pode experimentar, escusados serão os comentários, pois não os pode ter senão de muito louvor, como, aliás, o seu fundador e organizador.

Mais dois nomes merecem citação especial pelas facilidades e sanções favoráveis a tudo que tendesse ao engrandecimento desta obra. São êles os Senhores Drs. Júlio Dantas e Gustavo Cordeiro Ramos, respectivamente Inspector das Bibliotecas e Arquivos Nacionais e Ministro da Instrução à data da inauguração.

Com a transferência para as Galveias dos vários objectos e algumas espécies bibliográficas existentes no Arquivo, tomou esta Secção uma característica e até função diferentes das que até aí desempenhava na vida administrativa.

Limitou-se o seu mobiliário aos armários que revestem as suas paredes e às secretárias dos funcionários que constituíam o seu reduzido quadro de pessoal.

Como a sala era espaçosa e havia por vezes necessidade de proceder a reparações nos andares superiores do edificio para ela se transferiram então diferentes serviços camarários passando a funcionar no Arquivo como em sala própria.

Nestas mudanças de instalação traziam os serviços documentos que pelo chão ou onde era possível se collocavam, dando o Arquivo a impressão de simples depósito ou armazém. Findas as obras transferiam-se os serviços aqui instalados para os seus próprios alojamentos, levando consigo êsses maços de papéis e o mobiliário que lhes pertencia.

Estas operações repetiram-se várias vezes, como vários também foram os serviços que experimentaram a sua instalação no Arquivo.

Passou, desta forma, a Secção do Arquivo a limitar a sua acção ao simples fornecimento de informações de mero expediente e, raramente, de carácter erudito ou cultural, e a ser como que casa de arrecadação de papelada considerada inútil aos diferentes serviços, a qual era enviada nas piores condições de embalagem e conservação.

Amontoavam-se as caixas de processos e os maços de documentos por todos os cantos da sala, lutando o pessoal dêste departamento municipal não só contra a falta de espaço, que cada vez mais se fazia sentir, mas ainda, contra o estado em que as espécies se encontravam e eram enviadas.

A isto se dava pomposamente o nome de «para arquivar»!!!

Constituíam estas remessas verdadeiras avalanches de documentos, enviados nas condições já citadas, e, ainda, a maior parte, sem preocupação de ordem ou colecção e no pior estado de conservação. Esta circunstância aumentava grandemente o trabalho no Arquivo.

Como as remessas se sucediam e era necessário pôr um dique ao «*não se me dá*» dos diversos Serviços remetentes, com o fim de obstar a tal calamidade, na Sessão de 20 de Janeiro de 1934, presidida pelo Vice-Presidente da Comissão Administrativa, Ex.^{mo} Senhor Carlos Santos, o Vereador Ex.^{mo} Senhor Luiz Pastor de Macedo apresentou uma proposta, que, imediatamente, se aprovou, indicando as condições a que deviam submeter-se as espécies enviadas ao Arquivo, sem o que não seriam ali aceites, e, ao mesmo tempo, as condições e facilidades de requisição da documentação arquivada.

A-pesar-de tal determinação, vagamente se atendeu a ela, pois por tal forma continuaram os documentos a ser enviados e amontoados no Arquivo, que se impunha a sua ordenação e catalogação imediata, sob pena de se perder a maior parte.

Como já não havia nesta sala mais espaço onde arrumar as espécies, para a dependência municipal do Arco do Cego se transferiu grande parte, que, igualmente, necessitava de ser ordenada e catalogada.

Assim o reconheceu a Vereação que presidia aos destinos da Câmara em 1935, sob a Presidência do Ex.^{mo} Senhor General Daniel Rodrigues de Sousa.

Para a tão calamitoso facto dar remédio, procurando salvar da próxima perda a que estava sujeita essa documentação, foi publicada, no «*Diário Municipal*» de 23 de Setembro de 1935 a «*Ordem de Serviço N.º 62*», que passamos a transcrever:

«Tornando-se necessário proceder à ordenação e catalogação da parte do Arquivo Municipal existente nas dependências municipais do Bairro Social ao Arco do Cego, determino que este serviço seja dirigido pelo Tenente-Coronel, Sr. António Júlio Belo de Almeida, que acumulará com o exercício das funções de Chefe Interino da Secção de Pessoal.

Lisboa e gabinete da Presidência, em 18 de Setembro de 1935. — O Vice-Presidente da Comissão Administrativa — (a) Álvaro Salvação Barreto».

Depois desta Ordem de Serviço novas remessas de documentos foram enviadas para a citada dependência, onde, conforme as poucas possibilidades de que podia dispor aquele Senhor encarregado, eram ordenados e, cuidadosamente, colecionados, ficando, é certo, muito por fazer.

Tal era o incremento e desenvolvimento que iam tendo os diversos sectores da vida administrativa que, nitidamente, se notava na documentação a arquivar e daí a necessidade de ampliar o Arquivo. A mesma Comissão Administrativa tentou

remediar, temporariamente, é claro; essa necessidade com a «Ordem de Serviço N.º 73», publicada no «Diário Municipal» de 19 de Novembro de 1935, nos seguintes termos:

«Determino que, em virtude da distribuição de serviços e pessoal, aprovada em sessão de 7 do corrente, o arquivo existente no Arco do Cego, constitua uma dependência do Arquivo Geral, ficando, portanto, subordinado ao Chefe da Secretaria Geral.

Lisboa e gabinete da Presidência, em 18 de Novembro de 1935. — O Presidente da Comissão Administrativa — (a) Daniel Rodrigues de Sousa».

Desde esta data passou a citada dependência municipal do Arco do Cego a fazer parte do Arquivo, com pessoal pertencente ao quadro destinado a este departamento municipal.

O mesmo «Diário Municipal» de 19 de Novembro de 1935 trazia um complemento à Ordem de Serviço, atrás transcrita, em que se regularizava a situação do Ex.^{mo} Senhor Tenente-Coronel Belo de Almeida. Esse complemento constituiu a «Ordem de Serviço N.º 74» que passamos a copiar:

«De harmonia com a distribuição de serviços aprovada em sessão de 7 do corrente, e em complemento da Ordem de Serviço 62 de 18 de Setembro último, determino que o Senhor Tenente-Coronel António Júlio Belo de Almeida, fique encarregado da organização do arquivo existente no Arco do Cego, e que, dada a falta de funcionários na Secção de Pessoal e da extensão do respectivo arquivo, fique este a seu cargo, até que se encontre concluído.

Lisboa e gabinete da Presidência, em 19 de Novembro de 1935. — O Presidente da Comissão Administrativa — (a) Daniel Rodrigues de Sousa».

Não se furtou o Ex.^{mo} Senhor Coronel Belo de Almeida a tão árduo trabalho, mas, passado tempo por a sua actuação se tornar necessária em outro sector da vida administrativa, passou este Senhor a chefiar serviço diferente, ficando essa dependência do Arco do Cego apenas dependente da direcção técnica do Chefe da Secção do Arquivo Geral, assim parando tão valioso trabalho por aquêlê Senhor iniciado.

Tanto na séde do Arquivo como na sua dependência, apenas havia a preocupação de se arrumarem as espécies o melhor possível e da forma que mais espaço deixassem livre. Todos os recantos eram aproveitados, assim como as prateleiras dos armários ainda não completamente cheios, pela documentação ali guardada e à qual, noutro tempo anterior a esta invasão de documentos, se tinha dado uma certa e cuidada arrumação.

Estas espécies, existentes no Arquivo Geral (séde e dependência) segundo o nosso critério, podem assim ser classificadas, conforme, em seguida, esquematicamente, passamos a expor:

Secções

Alto valor histórico
Continuidade administrativa — Expediente
Finanças
Higiene e Saúde Pública
Pessoal e recenseamento
Cidade e Urbanização

Alto valor histórico

Colecções: — Tombo da Cidade, Foros na Cidade e Têrmo, Emprazamento, reconhecimento, etc. (Documentação fechada). Privilégios da Cidade, Códices dos

Forais, Pregos, Carmezims, Reis, Festas, Provimentos, etc. (Documentação fechada). Acórdãos e Assentamentos do antigo Senado, Consultas do antigo Senado e Ordenações Régias até 1834. (Documentação fechada). Contadoria do Antigo Senado — Rendas antigas, Real de água, de vinho, das carnes, Terreiro, Ver o Pêso, Alqueidão, Donativo, Tragamalho, Marco, Cestaria, Variagem, Fôlhas de juros, dos Padrões dos Ordenados, das Tenças das Obras — Cofre Geral, Entrada, Saída, Legados, Empréstimos, Inventários de Contabilidade, Fôlhas das Despesas, Guias de Receita, Orçamentos, Relatórios, Casa dos Vinte e Quatro, Casa de Santo António, Merceiras, Capelas, Legados Pios, Beneficência, Asilos Municipais, Instrução Primária, Cartório do extinto Concelho de Belém, Documentação estranha à Administração Municipal, Chancelaria antiga, Almotaçaria, Correções.

Continuidade administrativa — Expediente

Colecções: — Regimentos dos Serviços, das Vereações, Actas da Câmara, das Comissões Administrativas, Executivas, Especiais, de Estudo, etc., Propostas, Requerimentos, Moções da Vereação, Posturas, Mensagens, Exposições, Representações, Correspondência entrada, Correspondência saída, Comunicações aos serviços municipais, requerimentos, Companhias concessionárias, Contencioso, Escrituras, Contratos, Termos, Autos, etc.

Finanças

Colecções: — Taxas, Licenças, Impostos, Livros de Registo, Alvarás.

Higiene e Saúde Pública

Colecções: — Prevedoria da Saúde, S. Lázaro, Hospitais, Canalizações de Esgôtos, Limpeza, Fontes, Chafarizes, Carnes e Fiscalização das mesmas, Alvarás de Insalubres, etc.

Pessoal e Recenseamento

Colecções: — Estatística, Posses, Assentamentos, Movimentos, Eleições, Recenseamentos, Cadastro do Pessoal.

Cidade e Urbanização

Colecções: — Arruamentos, Pavimentos, Calçadas, Obras, Melhoramentos, Prédios Urbanos, Nomenclatura das ruas, Numeração Policial, Jardins, Arborizações, Cemitérios, Processos de Jazigos, Iluminação, Viação, Mercados, Estabelecimentos Municipais, Serviço de Incêndios, etc.

Para o Arco do Cego e Galveias várias remessas se fizeram de espécies arquivadas na séde do Arquivo, ficando, dessa forma ali, mais uma vez, algum espaço vago que não tardaria a ser ocupado por nova documentação enviada pelos outros serviços.

Não se fez esperar muito êsse momento, pois, em 1937, para ali foram transferidos 53.000 processos de obras e mais documentação.

Presentemente, encontra-se o recheio do Arquivo Geral (séde) constituído por:

- 7.500 volumes encadernados;
- 650 pastas com documentação diversa;

1.500 caixas com documentação diversa e processos da Secretaria;
700 maços de vários documentos,

num total de 10.350 espécies ou volumes que, juntamente com os 53.000 processos de obras, já citados, prefazem um total de 63.350 espécies ou volumes.

De entre estas espécies vamos apontar algumas preciosidades bibliográficas de que difícil se torna determinar o valor, em comparação com outras pertencentes ao recheio do Arquivo, dada a seqüência de que se revestem.

Tôdas dizem respeito à legislação da Câmara de Lisboa ou seja à história deste Município, e assim, à história da legislação pátria.

Compõe-se este recheio de Forais, Arrestos de Côrtes, Rendas, Privilégios, Sumários e Índices de Leis, Decretos, Posturas Gerais ou Municipais, Regulamentos, Editais, Deliberações e outros diplomas e factos notáveis que, em seguida, vamos indicar, dando-lhes o nome porque são designados os Códices que êles formam.

Nem todos aqui citaremos para não nos alongarmos demasiado na sua enumeração que, parece, nunca teria fim, dado o alto valor de tôda a documentação arquivada, mas apenas de entre êles a alguns nos referiremos.

Principiamos pelos Forais que neste Arquivo se encontram. Do foral antigo, dado por D. Afonso Henriques, em Coimbra, no mês de Maio de 1217 da era de César (ano de 1179) e com as successivas confirmações de D. Sancho I e D. Afonso II somente existem três treslados escritos em latim pois o original foi destruído pelo fogo, como se deduz da seguinte passagem que se encontra no Livro Original de Posturas da Câmara:

«Seja lembrança que o foral da Cidade de Lisboa, verdadeiro, jaz na Torre do Tombo em um livro dos foraes d'el-rei D. Afonso, conde de Bolonha, que foi o terceiro em o foral de Silves; porque se diz o de Lisboa ser queimado, a saber, o original. E o que está na portagem não é o foral verdadeiro, e está no armário dos registos d'el-rei D. Diniz no livro d'el-rei D. Afonso, coberto de preto às folhas 83.»

A-pesar-de simples traslados muito valiosos são êstes documentos por serem os mais antigos que a Câmara possui.

Mandou D. Manuel proceder à reforma dos forais e, conseqüentemente, à do de Lisboa encarregando, para isso, uma comissão, ao que já atrás nos referimos.

O primeiro foral reformado foi o de Lisboa, que D. Manuel assinou em 7 de Agosto de 1500.

Pelo trabalho que teve, a título de remuneração, recebeu Fernam de Pina, que fazia parte da citada comissão, trinta cruzados de ouro à custa das rendas da Câmara, como se vê da Carta Régia que passamos a transcrever:

«Vereadores Procurador e Procuradores dos Misteres. Nos El Rey vos enviamos muito Saudar Pollo trabalho e fadiga que ha muitos dias que Fernão de Pina Leva no fazimento do Foral desta Cidade, e por nisso ter muy bem servido e o fazer com todo o bom cuidado, e deligencia havemos por bem que essa Cidade lhe faça graça de trinta cruzados do ouro das rendas della deste anno, e allem disso que lhe seja pago todo o que elle gastou verdadeiramente no fazimento do dito foral por que foy feito muitas vezes, e a despeza disso se fes à sua custa, e assim a guarñicam, e todo o mais que no garnecer delle dispendeo esta deradeira vez. Porem vos noteficamos asy todo, e mandamos que logo lhe mandes fazer pagamento de tudo porque asy o havemos por bem. Escrita em Sintra a cinco dias de Setembro, Alvaro Fernandes o fez, mil, e quinhentos, e dous — Rey — Para Lisboa que ha por bem Vossa Senhoria que a Cidade faça graça a Fernão de Pina de trinta cruzados pelo trabalho do Foral, e mais lhe pague o que nelle gastou — Dom António.»

No Arquivo encontram-se, pois, os traslados do primeiro foral dado à Cidade e o original do foral reformado por D. Manuel.

Um outro Códice de muito valor é o «*Livro da Gralha*» ou «*dos Pregos*», assim denominado não só pela sua função como pela sua encadernação. Nêle se registavam as doações e privilégios dados ao Senado da Câmara e copiavam, na íntegra, os documentos enviados pelos reis. Disto lhe veiu, certamente, a designação de «*Gralha*» porque foi conhecido, assim como o nome de «*Livro dos Pregos*» foi derivado dos cinco pregos de latão que se encontram em cada lado da capa que o reveste.

O «*Livro Carmezim*», assim conhecido pela sua artística capa dessa cor com ornamentos dourados, pregos e fechos de metal; é um códice, além de valioso, muito interessante, constituído por pergaminhos originaes, enviados ao Senado desde 1502 a 1796, com Regimentos, Cartas, Alvarás, Determinações, etc.;

o livro de «*Côrtes*» onde se encontram os Capítulos apresentados desde D. Afonso IV até 1634;

os códices chamados «*Misticq de Reis*» onde além dos três traslados do foral, a que já nos referimos, se encontram vários Privilégios, Regimentos, Resoluções, etc. desde D. Afonso Henriques até D. Manuel (1510);

o «*Livro dos Reis D. Diniz, D. Afonso IV e D. Pedro I*» com vária documentação relativa à Almotacaria, Exército, Privilégios, Posturas, Impostos, etc. desde 1285 a 1365;

«*Livro de D. Duarte e D. Afonso IV*» constituído por Cartas, Provisões, Capítulos de Côrtes, Foral de impostos, Sentenças, Doações, Aforamentos, Confirmações, etc., documentos êstes em pergaminho e enviados ao Senado da Câmara por êstes reis desde 1433 a 1478;

«*Livro do Senhor Rei D. Afonso V*» constituído pela cópia do Livro 4.º das Ordenações do mesmo Rei;

«*Livro que contem alguns papeis do tempo do Cardeal D. Henrique e do principio de El-Rei Filipe I*» organizado com Cartas, Autos de Juramento ao Rei Cardeal D. Henrique, etc., desde 1579 a 1580;

«*Livro de Registo dos Officios, Regimentos e Alvarás dos Reis Dom João 3.º, Dom Sebastião e Dom Filipe 1.º*» desde 1567 a 1585;

«*Livro de Registo de Provisões de Reis*», desde 1567 a 1638;

«*Consultas e respostas do tempo do Govêrno de Castela*» formado pelas Consultas e cartas enviadas ao Rei durante o período de 1631 a 1636;

«*Consultas e papeis do tempo do Govêrno de Castela*» com Pautas dos Almotacês e suas eleições, Decretos e Petições, desde 1627 a 1639;

«*Registo das Cartas do tempo do Govêrno de Castela*» constituído por Cartas enviadas pelo Senado ou seus Ministros ao Rei e respectivas respostas, referentes aos anos de 1608 a 1613;

«*Bulas e breves apostólicos dos Senados da Câmara desta Cidade de Lisboa*» dados pelos Papas, directamente ou por intermédio do Auditor, à Câmara, sobre vários assuntos, desde 1385 a 1629;

«*Livro de Festas*» onde se encontram as Provisões, Cartas, Contas e mais papeis referentes às festas realizadas na Cidade desde 1486 a 1632;

«*Algumas leis e declarações sobre a confirmação das regalias do Senado no reinado do Senhor D. João 4.º*», onde se encontram leis e confirmações das regalias «e privilégios do Senado dados pelos reis anteriores a D. João IV e confirmados por êste ou por êle dadas desde 1655 a 1656»;

«*Impostos novos que se começaram no ano de 1653 até 1660*»;

«*Livro das Confirmações*» desde 1633 a 1637;

«*Cartolário de plantas de edificios da Nova Cidade de Lisboa depois do terramoto de 1755*» onde se encontram 70 plantas de edificios desenhados pelos

Arquitectos da Cidade. Dentro tem uma *Memória* descritiva dos edificios reedificados segundo o regulamento estabelecido no ano de 1755.

Além destes volumes apontados, interessantíssima, ao mesmo tempo que o mais completa possível, é a série de volumes que, neste Arquivo, se encontram, de Consultas e Decretos referentes à administração da Cidade desde D. Diniz a D. Maria II.

Outra colecção de livros muito valiosa é a que foi adquirida por indicação do Dr. Levy Maria Jordão, Visconde de Paiva Manso, e que se julga terem pertencido ao Cartório da Mesa da Consciência e Ordens. Constituem esses volumes grande número de certidões de baptismo, casamento e outros papéis que, possivelmente, serviam para instruir as habilitações para diversos fins de que se occupava aquelle Tribunal.

Muito completa é também a documentação que a Câmara possui relativa às Águas Livres e seu Aqueduto, ultimamente transferida para a Biblioteca do Palácio Galveias.

Completa e muito vasta é, igualmente, a colecção de documentos de cemitérios, escrituras, fóros e empenzamentos.

Vários são os livros do Tombo da Cidade e Têrmo.

As Posturas da Câmara ali se acham, perfeitamente, reunidas em vários volumes constituindo preciosos elementos informativos para quem deseje fazer o estudo da legislação Municipal.

Neste Arquivo se encontra, também, parte da documentação do extinto Concelho de Belém, bem como alguma documentação da Casa dos Vinte e Quatro. Desta última alguns Códices se destacam, como por exemplo, além de Registos vários, o «*Regimento da Casa dos Vinte e Quatro da Cidade de Gôa*». É este Regimento uma certidão passada na Torre do Tombo, em 1818. Um outro exemplar, valiosíssimo e pertencente a esta colecção é o «*Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui excelente e Sempre Leal cidade de Lisboa reformados por ordenança do Illustrissimo Senado della pello Licenciado Duarte Nunez do Liam no ano de 1572*» com sua capa de cabedal tendo a cada canto um prego de latão. Este livro tem sido muito estudado e consultado havendo um trabalho do Professor Dr. Vergilio Corrêa sobre elle e várias passagens transcritas nos «*Elementos para a História do Municipio*» por Freire de Oliveira.

Completam esta obra os grossos volumes denominados «*Livros do Acrescentamento*», com novos regimentos dos officios e seus acrescentamentos, feitos respectivamente em 1769 e 1772. A capa é de cabedal tendo gravadas as armas de D. João V e a cada canto um prego de latão.

Constituem estas obras, que, acabamos de indicar, completíssimos e indispensáveis elementos para o estudo dos officios em Portugal e muito consultados são pelos estudiosos do Corporativismo no País.

Além destas obras citadas e pertencentes à Casa dos Vinte e Quatro merecem ainda referência o «*Registo das marcas dos Ourives*» e «*das marcas dos Tanoeiros*» além de vários Regimentos de officios.

Um outro livro de muita consulta e sobremaneira valioso é o «*Livro do Lançamento e serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1563*» o qual, logo na primeira fôlha, tem a seguinte explicação de que copiamos uma passagem informativa do fim de tal escrita:

«*Livro do Lançamento do Serviço desta Cidade de Lisboa que os povos fizeram a El-Rei nosso Senhor nas Côrtes que se fizeram na dita Cidade no ano de 1653 nas quais os povos prometeram cem mil cruzados para ajuda de se pagarem suas dividas no qual livro são escritos todos os moradores da dita cidade a quem hão-de pagar, do que devem pagar e suas fazendas, do qual são lançadores...*»

Muito mais espécies, de igual valor, se poderiam citar mas como a enumeração já se torna muito longa passamos a repetir algumas considerações que Ale-

Emissões dos ESTADOS UNIDOS

EM LÍNGUA PORTUGUESA

(Recorte esta Tabela para referência futura)

HORAS	ESTAÇÕES	DIAS	ONDAS CURTAS
7.15	WDJ	Todos os dias	39.7 m (7,565 mc/s)
7.15	WRCA	3.ª feira a Domingo	31.02 m (9,67 mc/s)
7.15	WNBI	Só 2.ª feira	25.23 m (11,89 mc/s)
8.30	WRCA	3.ª feira a Sábado	31.02 m (9,67 mc/s)
8.30	WNBI	Só 2.ª feira	25.23 m (11,89 mc/s)
18.30	WDO	Todos os dias	20.7 m (14,47 mc/s)
19.30	WRCA	Todos os dias	19.8 m (15,15 mc/s)
19.45	WGEA	2.ª feira a Sábado	19.56 m (15,33 mc/s)
21.30	WGEA	Todos os dias	19.56 m (15,33 mc/s)
21.30	WDO	Todos os dias	20.7 m (14,57 mc/s)

OIÇA a VOZ da AMERICA em MARCHA

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA TELEV.º LAMPAR

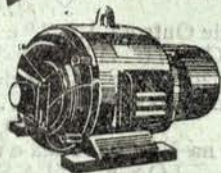
ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATE-
RIAL DE QUALIDADE
SUPERIOR



LÂMPADAS

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES



ENAE

Fabrica nacional

Casas dos Panos

A PRIMEIRA CASA DA ESPECIALIDADE

*Sortimento completo em panos
brancos e de côr e em linhos
de todas as larguras*

45, RUA DOS FANQUEIROS, 49
(à esquina da Rua de S. Julião)

OCIDENTE

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

Director: ÁLVARO PINTO

Preços das assinaturas, por ano
com direito aos números especiais

Portugal, 115\$00

Brasil, 120\$00

Colónias Portuguesas, 125\$00

Estrangeiro, \$ 1-8-0

Rua do Salitre, 155 Lisboa

PORTUGAL

AMIGOS DE LISBOA

Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas

Preço de venda para os sócios Preço de venda para o público

Noite de Evocação do Café Martinho (*esgotado*)
Noite de Evocação do Leão de Ouro 5\$00 7\$50

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia de S. Vicente.
Edição vulgar 5\$00 6\$00
Edição especial 12\$00 20\$00

Urbanização de Lisboa 2\$00 3\$00

LUIZ MOITA

Ermida de Santo Amaro 6\$00 7\$00

EDUARDO NEVES

Ruinias do Carmo (*esgotado*)
Igreja da Penha de França (*esgotado*)
A Faculdade de Medicina 4\$00 5\$00

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Igreja da Concerção Velha 2\$00 3\$00
A Igreja e o Convento da Graça 5\$00 7\$50

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDÓNIO MIGUEL)

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão 4\$00 5\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha 8\$00 10\$00
O Campo de Santa Clara 4\$00 5\$00
Bagatelas do tempo vário 8\$00 10\$00

Arq. ANTONIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus 4\$00 5\$00

LUIZ CHAVES

Lisboa no Folclore 4\$00 5\$00

RUY DE ANDRADE

Alfredo de Andrade e alguns problemas de *edilicia* citadina 4\$00 5\$00

A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcântara e suas circunvisinhanças 5\$00 6\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa 9\$00 10\$00

Olisipo. De 1, 3 a 14 e 16, 18 e 19, 20 e 21
Cada número 2\$50 7\$50

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett 4\$00 5\$00

ALFREDO DA CUNHA

«Olisipo» Berço do Periodismo Português 4\$00 5\$00

Edições consignadas

Preço de venda para os sócios Preço de venda para o público

LUIZ PASTOR DE MACEDO
A Baixa Pombalina 6\$00 7\$50
A Rua das Canastras 6\$50 8\$00

Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário) 4\$00 6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé 6\$50 7\$50
Tempos que Passaram 10\$80 12\$00

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO
A Calçada da Ajuda.
Edição vulgar 6\$50 7\$50
Edição especial 13\$50 15\$00

NORBERTO DE ARAÚJO
Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 9 e 11 a 15, cada 7\$00 8\$00

JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES
Lisboa — da sua vida e da sua beleza 3\$60 4\$00

J. S. VIEIRA
O Convento dos Marianos 4\$00 5\$00

FRANCISCO CÂNCIO
Aspectos de Lisboa no século XIX 108\$00 120\$00

Lisboa de outros Séculos — à Sombra dos Paços Reais 54\$00 60\$00
Lisboa de outro século «Cem anos de Pitoresco» 63\$00 70\$00

ALBERTO MEYRELLES
Lisboa Ocidental 8\$00 10\$00

CONDE DE ALMADA
Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.
Edição vulgar 10\$80 12\$00
Edição especial 18\$00 20\$00

ROBERTO DIAS COSTA
A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa 7\$50 8\$50

ARQUITECTO PAULINO MONTEZ
A Estética de Lisboa 18\$00 20\$00
Lisboa-Alcântara / Alvito 13\$50 15\$00

CORONEL MIGUEL GARCIA
Pátria e Independência 3\$00 3\$50
Fundação da Nacionalidade 3\$50 4\$00

JOÃO PINTO DE CARVALHO
(TINOP)
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada 7\$00 8\$50

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
Propriedades de S.ª Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII 4\$50 5\$00

EDUARDO NEVES
Lisboa na Numismática e na medalhística 4\$50 5\$00

JOSÉ DIAS SANCHES
Alguarelas de Lisboa 6\$50 7\$50

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA
Fredique Mendes — simbolo dos vencidos da vida 5\$00 6\$00

LUIZ TEIXEIRA
Figuras e episódios do Leão de Ouro 4\$50 5\$00
A História da Policia de Lisboa 22\$50 25\$00

Setenta Anos de Vida Activa (Monografia comemorativa do 70.º Aniversário da Associação de Secorros Mutuos dos Empregados no Comercio de Lisboa) 5\$50 6\$80

E todas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa

Empresa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE
LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Escalas das saídas dos vapores :

Em 8 de cada mês para : Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa
(Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Lages do Pico e Faial

Em 23 de cada mês para : Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge
(Velas), Cais do Pico, Faial, Côrvo e Faial (Lages e Santa Cruz)

A escala da Ilha do Côrvo só se efectua nos meses
de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando
também o vapor naquele pôrto no mês de Fevereiro só
para troca de correspondência e serviço de passageiros

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º D.

LISBOA

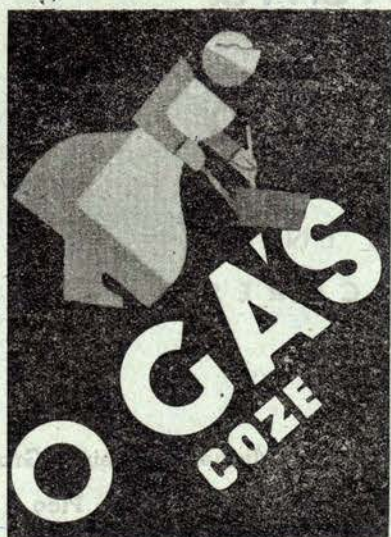
Telefone 2 0214

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.º

Em Ponta Delgada

BENSAUDE & C.ª



Riscar um fósforo, abrir uma torneira... e pronto!

Acabando de servir-se: fechar a torneira e... nada mais.

Não há desperdício.

COMPANHIAS REÜNIDAS
GÁS E ELECTRICIDADE

LISBOA—1943

xandre Herculano fez em cartas sôbre alguns livros dêste Arquivo e a transcrição de uma passagem que numa carta dirigida ao seu amigo José Manuel da Costa Basto, se encontra sôbre o mesmo assunto.

As considerações a que nos referimos foram, decerto, feitas no ano de 1867, quando o architecto José Valentim de Freitas se preparava para reconstituir a planta topográfica de Lisboa, que o Terremoto de 1755 derrocou e subsequente incêndio consumiu.

Naquela data afirmava o grande historiador que não existia no Arquivo da Câmara qualquer cópia completa do Tombo Pombalino, mas apenas o volume intitulado «Cópia do Livro do Tombo das Propriedades do Bairro Alto arruinado pelo Terremoto de 1755». O seu termo é de 20 de Março de 1819 e compreende apenas as freguesias do Sacramento e Encarnação, muito embora na guarda se achasse referência à freguesia de Santa Isabel.

Sôbre o mesmo assunto refere-se seguidamente a mais quatro livros «dos Termos de Posses dos Terrenos que se teem adjudicado pela Inspeção do Bairro Alto» e dos de Santa Catarina, Ribeira e Castelo.

Cita ainda Herculano o «Livro dos Canos da Cidade» mandado organizar, em 1685, sob o título «Notícia dos canos antigos desta Cidade».

A transcrição que em cima prometemos, da passagem de uma carta de Herculano sôbre o Arquivo e seus livros, aqui vamos lançar, e como se vê é extraída de uma resposta dada por êle à pergunta que anteriormente lhe foi feita sôbre a matéria.

«... Quanto aos livros da Câmara (não se perdeu carta: esqueceu-me também isso) as únicas coisas em que podia ter falado ao Valentim são, que me lembre, o Tombo por ocasião do Terremoto que me pareceu conter mais do que o exemplar da Torre, e um livro dos Canos da Cidade, não me recordo de que século (talvez do 17.º) que lá vi. Como os canos deviam seguir as ruas parece-me que dêsse livro se poderá tirar alguma luz. Também creio que se êle catasse bem o «Livro dos Pregos» lá havia de encontrar muitas espécies para as antigualhas de Lisboa. Na guarda tem êle um regulamento para a procissão de Corpus Christi dos fins do século XV que escapou a J. P. Ribeiro...»

Destas opiniões e transcrição que acabamos de fazer inferimos que bem conhecido era para êsse grande escritor e historiador o recheio do Arquivo da Câmara e de tal forma que mesmo de longe apontava as espécies de mais proveitosa consulta para certo e determinado trabalho, de nítido carácter histórico.

Dêste Arquivo saiem sempre a maior parte dos elementos indispensáveis para exposições bibliográficas sôbre Lisboa, conferências e publicações sôbre o mesmo assunto e, enfim, para tôdas as manifestações de carácter cultural que respeitem à mesma Cidade e sua história.

Tal tem sido sempre o valor dado à documentação da Câmara através dos tempos, que, por exemplo, do tempo de D. Manuel, passamos a transcrever uma determinação sôbre isso.

Nestes termos se encontra:

«Dom Manuel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor da Guine da Conquista navegação e Comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India. Fazemos saber a voz Dom Alvaro de Castro do nosso Concelho, e governador da nossa Caza do Civel desta Cidade, e aos Dezembargadores e a quais quer outros que esta nossa Carta for mostrada que sentindo nos asi por muito nosso Serviço porque neste cazo seja guardado a esta Cidade o que lhe deve havemos por bem que quando pella ventura vos for necessario por algum cazo que aquorrer possa da Camera da dita Cidade avendoa algumas cartas ou livros, e qualquer outra escriptura de qualquer qualidade que seja vós vades, ou mandees à dita Camera por quaiz officiais que para isso ordenardes ver nella as ditas Cartas, e escripturas, ou livros, exporá isso se convier tomar

na dita Camera o treslado, e os proprios não sayão della porque não queremos que se faça por modo, nem maneira alguma nem o havemos por nosso Serviço porem volo notificamos asi e vos mandamos que daqui em diante asy ocumpreis, e guardaees, e mandamos por esta aos vereadores que ora são, e ao diante forem que o nam consintão em outra maneira. Dada em a nossa Cidade de Lisboa aos vinte e quatro dias de Mayo Alvaro Fernandes a fez anno do nacimiento de Nosso Senhor de mil e quinhentos e hum, porem quando por nosso especial mandado o mandarmos se levarão onde mandarmos — El Rey.

Como se vê já neste tempo os Reis tinham em grande cuidado a documentação da Câmara.

Presentemente, dentro das possibilidades que existem, com igual cuidado a ela se atende, achando-se esta guardada da melhor forma possível e consoante as instalações de que o Arquivo dispõe, as quais vamos passar a descrever.

Além dos 42 armários e galeria delineados pelo architecto Luís Monteiro, já referidos, que revestem tôdas as paredes da sala, na maior parte dos quais se acham colocados os Códices e em alguns uma parte dos 53.000 processos de obras, em outros armários de modelo simples e nada artístico se acha o resto desta documentação.

Os processos da Secretaria acham-se acondicionados em caixas e estas empilhadas sobre secretárias ou em cima dos armários.

Em tôda esta arrumação, a que se tem procurado dar a melhor e mais conscienciosa ordem, se nota a luta permanente contra a falta de espaço, em nome do que, por vezes se tem de fazer o envio para a dependência do Arco do Cego da documentação menos necessária para o expediente desta Secção, da qual, quasi totalmente, tôdas as outras dependem, pelas informações que esta Secção do Arquivo tem de dar para poderem ter andamento os assuntos pendentes.

Dispõe ainda o Arquivo de dois gabinetes na galeria, mas estes acham-se literalmente cheios; um com documentação de fóros e o outro com caixas de processos ou cadernos de verbetes.

Por arrumação, modernamente, feita, na galeria se colocou a documentação mais antiga, arrumando-se no rés-do-chão a que mais interessa ao expediente diário não só da própria Secção do Arquivo, como, ainda, ao das outras Secções ou Serviços.

Com a Organização de Serviços de 1939 assim ficou constituído o quadro do pessoal do Arquivo, incluindo a dependência do Arco do Cego: um Chefe de Secção, um 1.º Oficial, um 2.º Oficial, um 3.º Oficial, quatro Escriiturários e cinco Contínuos. Encontram-se na séde do Arquivo ainda mais um 3.º Oficial e dois Escriiturários encarregados, sômente, dos processos de obras que, constantemente, estão a ser requisitados.

Para que se justifique a afirmação feita desde início dêste trabalho, da importância que esta Secção tem na vida municipal, para que se reconheça a sua necessidade; para que se veja a dependência em que, desta Secção, estão as outras e demais Serviços e, finalmente, para que se lhe faça a justiça merecida, reconhecendo-se, justamente, o permanente e árduo serviço ali realizado pelos seus poucos funcionários, nada melhor se pode apresentar como resposta e prova do que a estatística do seu movimento durante um ano. Comentário ao serviço realizado por cada funcionário nenhum melhor do que esses números da sua estatística se pode fazer e aqui os vamos apresentar, escolhendo, ao acaso, o ano de 1938 para exemplo, como homenagem a tal grupo de funcionários que tão zelosamente têm cumprido o seu dever contribuindo para o prestígio da sua Secção e conseqüentemente do Município a que pertencem.

ENTRADA DE DOCUMENTOS

Processos para informar	1.401
Notas de serviço	271
Requisições diversas	649
Requisições de processos	1.380
Requisições de processos de obras	7.966

DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA PARA ARQUIVAR

Processos enviados pela Repartição Central	22.992
Processos de obras que foram requisitados	2.405
Processos da Secção de Expediente para entrarem nos processos de obras	5.914
Documentos enviados pela D. S. U. O.	6.245
Volumes de diversos Serviços	1.118
Livros de diversos Serviços	701
Petições	8.251
Cópias de requerimentos	39.184
Processos de obras transferidos para o Arquivo	52.000

REGISTO, CATALOGAÇÃO E ORDENAÇÃO

Catalogação de manuscritos, circulares, ordens, de serviço, escrituras (verbetes)	6.918
Ordenação de processos	28.328
Verbetes de inventário	1.292
Ordens de pagamento	93.500
Registo de documentação diversa	1.412
Registo de movimento de processos dos anos anteriores a 1936	748
Etiquetas	561
Guias de receita	234.834
Cópias de documentos medievais	10

MOVIMENTO DE PUBLICAÇÕES MUNICIPAIS

Arquivadas ou depositadas

Boletins Municipais	3.712
Diários Municipais (conferência e arrumação)	54.335
Índices de propostas	12
Editais	2.084

REGISTADOS PARA VENDA

Boletins Municipais	19
Índices de propostas ou de Diários Municipais	3
Diários Municipais	9.661

SAÍDA DE CORRESPONDÊNCIA

Informações prestadas	1.486
Notas de Serviço	214
Cópias de Decretos, Portarias e Anúncios do Diário do Governo	62
Mapas	318

Achamos que, em face dos números atrás apontados, representando o trabalho do reduzido número de empregados que prestam serviço nesta Secção, será dado ao Arquivo o lugar que lhe compete, não de Secção onde mais serviço há, mas ao lado daqueles Serviços Municipais que assim se consideram.

A Organização de Serviços de 1939 e algumas determinações superiores têm alterado um pouco a função que esta Secção Municipal desempenhava, não só na Câmara, mas, ainda no meio intelectual.

Serve êle apenas, presentemente, para arquivar documentos, satisfazer as requisições de espécies arquivadas e necessárias aos diversos serviços e, ainda, para dar as informações precisas de mero expediente.

Desta forma perdeu aquêlê cunho erudito que dantes o caracterizava.

Com muita freqüência, e, lógicamente, a esta Secção se dirigiam os estudiosos com o fim de ali colherem os subsídios indispensáveis para os seus trabalhos sobre assuntos nitidamente citadinos ou que respeitassem a história e evolução do Município em Portugal e, conseqüentemente, a um capítulo tão importante da História Pátria.

Por determinação superior, só, raramente, e depois de munidos de licença especial, êstes indivíduos poderão ser admitidos.

Desta forma, repetimos, deixou êle de ter aquêlê cunho erudito que caracterizava e colocava ao lado, dentro da sua especialidade, dos melhores e mais completos arquivos portugueses, que bem poucos temos nessas condições, passando a ocupar o simples lugar de «informador», serviço necessário e indispensável ao expediente e movimento de processos.

Continua, é certo, a ser rico em documentação, mas menos acessível aos estudiosos.

Essa documentação mais antiga, indispensável aos investigadores para recolha de elementos necessários aos seus trabalhos, essa documentação, repetimos, que à primeira vista poderá parecer deslocada neste Arquivo e dispensável à vida dêle, ocupando somente espaço — um dos dois problemas capitais (pessoal e espaço) que tanto e, permanentemente, preocupam quem tem a seu cargo instituições desta natureza — tem muita importância.

Dela, com freqüência, se tem de lançar mão para se conseguir dar uma conscienciosa, completa e minuciosa informação.

Não tem ainda a Câmara Municipal o seu Arquivo Histórico e, não só por isso, mas, também, por as razões atrás alegadas, para nenhum serviço se deve transferir essa documentação, pois, em qualquer onde fôsse colocada — mesmo nas Bibliotecas, onde por definição se devem reunir impressos e não cartórios — essas espécies estariam deslocadas.

Várias tentativas se têm feito para criar êsse serviço histórico mas bem árdua e difícil será a tarefa para a classificação das espécies que lhe ficarão pertencendo.

Qual o critério a adoptar? A data? O da finalidade de certas espécies com determinadas características?

Seja qual fôr a base a estabelecer, difícil será o trabalho.

Estabelecendo-se a data como base do apartamento, dificilmente, como dissemos, ela se poderá fazer, pois nunca deixa de haver seqüência nos serviços e, conseqüentemente, nos documentos dêles emanados, embora aquêles mudem de nome e êstes de modêlo ou configuração.

Além disso ficariam, em muitos casos, as colecções divididas a meio pelos dois serviços — do Arquivo Histórico e Arquivo Administrativo. A vida administrativa tem o seu curso constante, ainda que se extingam serviços, pois há, imediatamente, necessidade de criar outros que dêem seqüência aos extintos embora denominados diferentemente e ampliados ou reduzidos na sua acção.

Não deixa, é certo, de haver excepções, mas bem poucas se têm dado e as espécies em número reduzido.

A esta documentação chamamos «Documentação fechada».

De entre aquêles que, ao lado do Ex.^{mo} Senhor Engenheiro Vieira da Silva, formam o grupo dos verdadeiros amigos de Lisboa e sua Câmara Municipal, como atrás dissemos, uma pessoa reconhecemos que merece citação especial, e agora, ao abordarmos o problema do Arquivo Histórico, não podemos nem devemos omitir o seu nome, pois, além da máxima consideração que temos pelo seu saber, sentimos ao mesmo tempo a maior admiração pelo seu metódico, consciencioso e honesto trabalho e a mais elevada simpatia e profundo respeito pela sua modéstia, que achamos ser a grande injustiça que para consigo próprio comete.

Não queremos secundar essa atitude, deixando de focar a acção dêsse investigador em prol do desenvolvimento dos fins culturais da Câmara, e não o devemos fazer também para podermos ser mais completos na apresentação dos factos mais importantes que neste trabalho procuramos apontar e que inteiramente respeitam à vida da Câmara Municipal de Lisboa.

Esse profundo conhecedor da história desta Cidade e do seu Município, tendo a nítida compreensão das manifestações culturais que à própria Câmara se impunha criar e desenvolver, para que dessa forma mais completamente pudesse cumprir um dos seus fins, não deixou, a quando da sua passagem pela edilidade da mesma Câmara, de propor a criação do pelouro dos Serviços Culturais, conforme a Proposta apresentada em sessão da Comissão Administrativa, de 11 de Maio de 1933.

Mas porque só agora a êle nos referimos?

Porque em face da citada Proposta reconhecemos a êle caber a honra de ter sido o primeiro a apresentar a sugestão para que se criasse, entre outras manifestações culturais, o Arquivo Histórico Municipal.

Para não ferirmos a modéstia do Ex.^{mo} Senhor Luís Pastor de Macedo só agora revelamos o seu nome como Autor da dita Proposta que merece ser aqui copiada na íntegra, pois sendo, como o Autor a classifica, «suscito e despretençioso» quadro da evolução dos serviços municipais, é, antes, para nós, uma breve mas completa e perfeita lição sobre a orgânica do Município de Lisboa desde os tempos mais recuados.

Transcrevemos essa Proposta, como seguidamente fazemos, colocando, dessa forma, o problema da criação do Pelouro dos Serviços Culturais e, particularmente, do Arquivo Histórico Municipal, no seu devido pé, mais não fazemos do que prestar a nossa modesta homenagem ao indiscutível Autor de tão feliz idéia, como se demonstra seguidamente:

«Ex.^{mo} Snr. Presidente e meus Ex.^{mos} e prezados Colegas:

O assunto força-me a falar nos afastados tempos da primeira idade do concelho de Lisboa e a seguir, embora de longe, a evolução dos serviços municipais. Prometo, porém, tomar a V. Ex.^{sa} apenas o tempo indispensável para justificar o fim da minha exposição.

Naqueles primeiros tempos do concelho, sem distinção, segundo parece confiava-se a administração municipal a três homens bons da vila, que tomavam o título de alvazis, título que mais tarde, no reinado do senhor D. Afonso IV ou no seguinte, é substituído pelo de vereadores. A razão da substituição da forma de designar, não a encontrei ainda, no entanto verifiquei, através de documentos interessantíssimos que os séculos e os incêndios pouparam, que por esse tempo, como era de esperar, já os serviços municipais se apresentam dentro de certas fórmulas rígidas, embora o número de administradores da municipalidade seja o mesmo que o primitivo e apenas com a diferença, aliás notável, de ser a vereação já assis-

tidã pelos quatro representantes das corporações, que, debaixo da designação de mesteres «lembavam e requêriam em câmara as cousas do bom público e do povo dela».

Pela carta régia de 1 de Fevereiro de 1509, estabelece-se pela primeira vez a distribuição dos serviços por pelouros. Tratavam êles: das carnes — da limpeza — e da execução das penas e feitos, pelouro êste que alguns anos depois passou a ser chamado da almotacaria. Por esta distribuição, parece dever chegar-se à conclusão de que eram então já quatro os dirigentes dos serviços, porém, só em 1528, pela carta do senhor D. João III, datada de 6 de Junho, é que se obtém a certeza de que o Município passou a ser administrado por aquêl número de vereadores.

Mas Lisboa, que antes da conquista cristã ultrapassara já a muralha moura, três séculos e meio depois ultrapassou a muralha fernandina, tendo continuado depois a engrandecer-se e conseguintemente a exigir um melhor serviço municipal, além de que a evolução dos tempos impunha automaticamente novas obrigações aos senhores da edilidade. Assim, pouco depois dos meados do século XVI os quatro vereadores passam a ter um presidente, e o número dos pelouros é acrescido com o da provedoria-mór da saúde, antepassado dos actuais serviços da higiene. Mas o progresso natural continuava a exigir o alargamento da esfera de acção da Câmara, e quarenta anos passados cria-se um novo pelouro, que tinha como função regular o abastecimento e a venda de trigo na capital, resultando da inovação a entrada de mais um vereador, que ficou dirigindo superiormente o funcionamento do antigo e atarracado Terreiro do Trigo, da Ribeira de Lisboa.

O tempo rolou e contaram-se mais de cem anos, sendo de boa lógica admitir-se, que durante êsse longo período se tenham aperfeiçoado e desenvolvido os serviços do Senado Municipal, aperfeiçoamento e desenvolvimento que aliás não se traduzem no aumento de número de pelouros. A organização base dos serviços continuou portanto sendo a mesma, até que o Papa Clemente XI, consentindo na divisão do arcebispado de Lisboa e satisfazendo assim os desejos do magnânimo monarca do século XVIII, oferece a êste a oportunidade de dividir a capital do reino em duas cidades, e por conseguinte em dar-lhe duas administrações municipais, cada uma com um presidente e três vereadores, número que depois foi aumentado segundo se pode depreender da letra de alguns documentos existentes no arquivo desta Ex.^{ma} Câmara.

O sonho do senhor D. João V tornou-se, pois, uma realidade, mas esta tornou-se depois um sonho realizado e desfeito, quando, ao chegar o ano de 1741, chega também a abolição da divisão eclesiástica da cidade, passando Lisboa a ter, outra vez um único organismo municipal governado talqualmente como outrora, isto é, por um presidente e seis vereadores, mas aparecendo como novidade o pelouro da chancelaria, em substituição do dos serviços da limpeza que se ligara ao ês obras.

O terramoto de 1755 esbarrou Lisboa e o incêndio subsequente devora-a: Pombal, nesta emergência desoladora, revela-se o homem de acção rápida e inteligente, e, desentulhando primeiro a cidade, fazendo depois traçar o seu novo plano e começando imediatamente a sua reconstrução, vê-se obrigado a intervir directa e constantemente na administração municipal, razão porque vemos os serviços continuarem a ser dirigidos pelo mesmo número de vereadores, quando as circunstâncias anormais talvez exigissem o seu aumento, e quando a triste realidade parecia indicar a reorganização dos serviços, uma vez que a cidade nova em projecto desafiaria naturalmente uma copiosa série de posturas, regulamentos, etc.

Expirando o século XVIII, poucos passos andados, Lisboa vive horas angustiosas ao ver os exércitos de Napoleão tomarem o govêrno da cidade, e depois,

logo após a retirada do invasor, vive as horas desvairadas que a política do tempo lhe proporcionou. Como se poderia então pensar a sério numa reforma dos serviços municipais, embora a alteração dos costumes impusessem novas responsabilidades à administração cittadina?

Mas a reforma veio, ou melhor, as reformas chegaram. Pela Carta de Lei de 27 de Julho de 1832, determina-se que a Câmara Municipal de Lisboa seja dirigida por nove vereadores, quatro anos depois eleva-se o número a treze, em 1840 reformam-se profundamente os serviços e em 1852 é aumentado para dezesseis o número dos dirigentes municipais. Por esta última reforma ficaram existindo os seguintes pelouros:

- 1.º — Da fiscalização e administração da fazenda, regulamento interno da casa e da escrituração em geral, parte do antigo pelouro da almotaxaria.
- 2.º — Do contencioso.
- 3.º — Da inspecção dos cais e praias, tragamalho e donativo.
- 4.º — Dos mercados, que aparece já na organização primitiva.
- 5.º — Da iluminação, da reforma de 1840.
- 6.º — Da observação das posturas municipais, também desdobramento do antigo pelouro da almotaxaria.
- 7.º — Da limpeza da organização primitiva.
- 8.º — Das águas livres, fontes, etc.
- 9.º — Dos cemitérios, da reforma de 1840.
- 10.º — Dos matadouros, da organização primitiva, então debaixo da designação de pelouro das carnes.
- 11.º — Da viação e canalização de despejos.
- 12.º — Dos planos de embelezamento, planta da Cidade, projectos de edificios e das mais obras de arquitectura.
- 13.º — Das construções e demolições, que supponho ser uma ampliação do primitivo pelouro das obras.
- 14.º — Dos passeios públicos e jardins, da reforma de 1840.
- 15.º — Dos incêndios, da reforma de 1840.
- 16.º — Das escolas municipais de artes e indústrias e da beneficência.

Desde 1852 até aos nossos dias, outras reformas se têm feito, as quais me dispense de apontar por serem, de uma maneira geral, do conhecimento de V. Ex.^{aa}.

A resenha, portanto, finda aqui. Ela serviu, somente, para apresentar sucinta e despretenciosamente o quadro da evolução dos serviços municipais e não um estudo sobre esses mesmos serviços, estudo aliás muito interessante, mas que me obrigaria a contender com a indulgência dos meus ouvintes.

Apresentando o quadro, sem intuito escarpelizador, lobrigamos nesses primeiros tempos da Lisboa cristã a administração do concelho feita por três homens bons, acompanhamos o desenvolvimento dos serviços municipais através do número dos vereadores e da denominação dos pelouros, adivinhamos a inflexibilidade dos alvazis medievais, as congeminções dos vários reformadores dos serviços, verificamos, como não podia deixar de ser, que o Município de Lisboa acompanhou sempre a evolução dos tempos, e chegámos ao ano de 1852, ano em que se nos depara a grande divisão dos vários ramos de acção municipal, a qual, denota o perfeito conhecimento que o autor ou autores da reforma tinham dos serviços.

Hoje, determinada também pela evolução natural dos tempos e ainda por se ter iniciado um periodo de renovação municipalista, impõe-se uma nova reforma dos serviços municipais, imposição que aliás a actual Comissão Administrativa já verificou ser de atender, nomeando uma comissão para estudar este importantíssimo assunto. E uma vez que êle está sendo tratado, eu aproveito a oportunidade que se me oferece, apresentando a V. Ex.^a a presente exposição, que tem em vista mostrar a necessidade de se criar um pelouro de Serviços Cul-

turais, o qual, além das funções que mais adiante aponto, serviria também para concentrar todos os serviços já existentes nesta Ex.^{ma} Câmara, que se relacionam com a Arte, com a Instrução e com a Estética da Cidade.

E apresentando a V. Ex.^{sa} a conveniência da criação dum pelouro desta natureza, conservo-me dentro das tradições desta Ex.^{ma} Câmara, que desde épocas remotas e ainda por determinar, exerceu funções de carácter cultural de harmonia com as exigências dos tempos. Assim, era esta Câmara que autorizava e regulava o funcionamento das escolas de instrução preparatória, e que depois, por disposições de ordem geral, foi a fundadora e a mantedora de muitas dessas escolas e de outras de carácter industrial e artístico; também através de vários documentos, se verifica o interêsse que ela dispensou às letras, como por exemplo, ordenando a 1.^a impressão da quarta Decada da Asia, fazendo reimprimir a primeira, e a segunda e a terceira Decadas de João de Barros, tudo isto nos princípios do século XVII, e promovendo ultimamente a publicação dos Elementos para a História do Município de Lisboa, obra notável que faz salientar os privilégios e prerogativas que adornam a vida municipal desta cidade; e através dêsses mesmos documentos, se verifica também o interêsse que a Arte lhe merecia e que era traduzido pela aquisição de muitas esculturas e de muitíssimas telas, algumas valiosíssimas, que por infelicidade se consumiram nos incêndios, ou foram vendidas em leilão não há muitos anos ainda.

Mas o Pelouro de instrução deixou de existir, a acção do quadro de architectos reduziu-se, e hoje, lembrando os serviços culturais da Ex.^{ma} Câmara de Lisboa existe um Conselho de Arte e Architectura composto por um presidente e três vogais, uma biblioteca em formação, um museu que algum dia poderá vir a ser um museu olissiponense, e um arquivo espalhado criminosamente por vários locais e por conseguinte sem poder estar debaixo dum regulamento rígido como conviria. Estes serviços, sem desprimor para os funcionários seus dirigentes, pois nem sequer os julgo responsáveis pelo seu estado, encontram-se, numa palavra, dentro de uma organização deficientíssima.

Sr. Presidente e meus presados colegas:

Decorre o segundo quartel do século XX e com êle a marcha do ressurgimento nacional, pelo que, o Município da capital da Nação tem um importante papel a desempenhar neste período que há-de ficar vincado na História Pátria. A reforma dos serviços, pois, não só terá de ser feita de molde a satisfazer tôdas as exigências actuais, como também de maneira a prever o futuro, ordenando a formação de um núcleo para lançar um movimento que tenha por objectivo a unidade de pensamento dos munícipes. E atendendo a esta circunstância é que me parece também ser indispensável a criação de um Pelouro de Serviços Culturais o qual satisfazendo em parte as exigências municipais da época, teria também como finalidade a preparação do futuro, divulgando, pelos meios ao seu alcance, a excelência da doutrina municipalista.

Seriam funções do novo pelouro:

Regular as funções do Conselho de Arte e Architectura e dotá-lo com os meios indispensáveis para poder corresponder à exigência de um maior rendimento dos seus serviços.

Estimular o gôsto pela Arte e pelas Letras, auxiliar os artistas necessitados, adquirindo por encomenda as suas produções, e distribuir prémios aos melhores trabalhos literários de carácter olissiponense — ou que de qualquer maneira interessem à cidade de Lisboa —, apresentados durante periodos a fixar.

Formar um fundo especial de olissipografia na Biblioteca do Palácios Galveias.

*Fundar bibliotecas municipais nos bairros populosos da cidade.
Transformar o Museu Municipal em Museu Olissiponense.
Criar outros museus também de carácter olissiponense, como sejam aquêles que ofereçam ao público a reconstituição dos interiores das casas alfacinhas em várias épocas.*

*Fundar o Arquivo Histórico Municipal e estabelecer o seu funcionamento.
Promover a publicação dos preciosos documentos medievais que estão na posse desta Ex.^{ma} Câmara.*

Preparar e promover a realização de congressos municipalistas.

Criar o Conselho de Estética Urbana e regular as suas funções.

Estabelecer Parques Infantis.

Lançar as bases, de acôrdo com o Conselho Nacional de Turismo, para se estabelecer um serviço turístico em Lisboa, não só para estrangeiros, como também para nacionais.

Fazer reviver as festas populares, pois que sempre foi uma função municipal fazer divertir o seu povo.

Fazer desassombradamente a propaganda dos princípios de Nacionalismo, uma vez que a actual Comissão Administrativa deseja e quiere renovar na sua esfera de acção o espírito localista.

Sr. Presidente e meus presados colegas:

Em nome da Arte, da Estética citadina, dos princípios nacionalistas e dos interesses desta cidade, chamo a atenção de V. Ex.^{ma}, para a conveniência de ser criado o Pelouro dos Serviços Culturais.»

Não se realizando tôdas as sugestões apresentadas mas compreendendo o alto significado de tôdas elas, embora lutando com um sem número de dificuldades, não desanimou a Vereação, que em 1936 serviu sob a Presidência do Ex.^{mo} Senhor General Daniel Rodrigues de Sousa, e assim reconhecendo a vantagem e necessidade que havia em serem estudadas e catalogadas devidamente as espécies mais antigas, por de momento mais se não poder fazer em tal sector, da vida administrativa, resolveu abrir concurso, entre os funcionários municipais, para o preenchimento do lugar, então criado, de Paleógrafo.

Depois de nomeado um individuo para êsse serviço, desenvolveu êle a sua acção no sentido de que, em publicação adequada, se fizesse a divulgação das espécies, não só fotograficamente como transcrevendo, em nova ortografia, êsses documentos, fornecendo assim elementos não só aos que se interessassem somente pela parte diplomática e paleográfica, mas, também, aos que apenas desejassem conhecer o texto.

Não se realizou esta sugestão, mas, presentemente, por determinação superior, publica a Câmara Municipal uma Revista, focando todos os sectores da vida administrativa, onde existe uma Secção destinada à divulgação dos documentos mais antigos, como na Proposta do Vereador Pastor de Macedo, atrás transcrita, havia sido sugerido.

Sob todos os pontos de vista é para louvar esta orientação à qual desejamos uma longa existência pelo alto significado e valor de tal obra.

Assim cumpre a Câmara Municipal o preceituado no Artigo 48.º do actual «Código Administrativo» ao falar no uso das suas atribuições de cultura e assistência:

*«...pertence às Câmaras deliberar:
...; 4.º Sobre a criação e conservação de bibliotecas populares, arquivos e museus municipais;...»*

Não pode o Arquivo ser transferido para casa adequada, onde pudessem

alojar-se os seus dois sectores — Histórico e Administrativo — pois a isso se opõe a legislação vigente.

No Artigo 137.º N.º 9, do «Código Administrativo» bem claramente se acha expressa essa doutrina, ao tratar das atribuições dos Chefes de Secretarias aproveitando nós, para concluirmos o nosso estudo, a transcrição dessa parte do citado Artigo que nestes têrmos se encontra redigida:

«...; 9.º — *Conservar sob a sua guarda e responsabilidade, nos paços do concelho, o arquivo municipal, quando não haja conservador privativo, e manter em dia o registo da correspondência recebida e expedida pela Câmara, feito em livros próprios, abertos, rubricados e encerrados pelo presidente;...*»

Ao chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Lisboa compete, pois, dado o valor excepcional do recheio do seu Arquivo, não só guardar, zelosamente, essa documentação, mas, junto dos seus superiores hierárquicos, apresentar as sugestões que os técnicos julguem convenientes para a sua conservação, estudo e divulgação, estabelecendo a directriz a seguir pelos seus subordinados, a quem mais uma vez prestamos a maior homenagem pelo seu apêgo e dedicação ao trabalho, procurando sempre enaltecer a sua Secção, e para que essa homenagem seja completa, embora de nenhum valor real, mas de incontestável valor moral, a êles dedicamos êste estudo que damos por terminado, embora reconhecamos que muitas lacunas ficam por preencher em estudo que requeria maior amplitude.



Virgílio Simões sócio desta firma, aconselha V. Ex.ª a preferir a sua casa, pois nela encontrará ouro, jóias e pratas a preços limitadíssimos.

26, RUA DA PALMA, 28

Velhas Casas de Lisboa

I

A Casa onde nasceu o Beato João de Brito

PELO DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

(Continuado do n.º 20, págs. 254)

(Fol. 1) Dou poder ao Sñr João Francisco da Costa para que possa tomar posse dos bens em q̄ sucedi por falecimento de meu Thio o Sñr Pedro Vaz Soares do Rego Castello Branco por me pertencerem como seu legitimo Sucessor, e para tomar a referida posse lhe concedo todos os poderes, q̄ em Direito se requerem. Lisboa 18 de Fevereiro de 178(9).

a) *Gonçalo Loureço Bott.º de Lemos Rego e Castro.*

Fol. 1, v.) Auto de posse, e ratificação.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos oitenta e nove annos aos dezaseis dias do mes de Abril do dito anno em a quinta de Calvana Freguezia dos Santos Reis do Campo Grande termo da Cidade de Lisboa onde Eu Escrivão vim e na minha prezença e das Testemunhas ao diante nomeadas e assignadas João Francisco da Costa Procurador do Suplirante Gonçalo Lourenço Botelho de Lemos Rego e Castro em vertude do mandado e procuração anteredente Entrando na dita Quinta e fazenda todas as cerimoniaes da Ley em semelhantes actos tomou posse e se ratificou na que já tinha o dito seu Constituinte da sobredita quinta e suas petenças a qual consta de cazas Adega, lagar com outras cazas de officinas respectivas com seu Pateo e consta a mesma quinta de terras de pam, vinha com suas Arvores de fruta de carosso que parte do Norte com a Azinhaga, e do Sul com fazenda do Excelen- (fol. 2) tissimo Dom José de Menezes e de outros Senhorios, sendo tambem pertence da mesma quinta huma terra que fica da parte do Norte da Azinhaga que dá serventia á dita quinta cuja terra he de sementeira com seus pedaços de vinha Arvores de fruta de carosso, e oliveyras e a referida posse, e ratificação que tomou foi sem contradição de pessoa alguma Real actual Civil e natural e na forma de Direyto. E eu Escrivão lha ouve por dada e ratificada de que fiz este Auto que dou fee

passar na verdade o conteudo nele em que assignou o mesmo procurador do Apossado e as Testemunhas Manuel de Araujo procurador de Causas morador ao Salitre, e Francisco Xavier Pereyra Mestre Alfayate morador na Rua direyta da Annunciada Freguezia de São José e tambem a testemunha antecedente Matheus Gonçalves da Costa Escrivão do Juízo da Correição do Cível da Corte o escrevy e assigney.

a) João Francisco da Costa. a) Matheus Gonçalves da Costa. a) Manoel de Araujo. a) Francisco Xavier Per.º.

(Fol. 2 v.) *Auto de posse e Ratificação.*

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil sete Centos oitenta e nove annos aos dezaseis dias do mez de Abril do dito anno nesta Cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna nas Cazas de morada de Manoel Antonio Coutinho que tem loja de Marcaria onde Eu Escrivão vim, e estando ahy presente o Sobredito Manoel Antonio Coutinho na minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas João Francisco da Costa Procurador do Suplicante Gonçalo Lourenço Botelho de Lemos Rego e Castro por vertude do mandado e procuração antecedente tomou posse na mão da pessoa acima expressada como foreyra que he de humas Cazas que possui a Santo Andre desta mesma Cidade de que paga em cada hum anno a quantia de seis mil seis centos sesenta e seis reis pertencente ao vinculo que Adeministrava Pedro Vaz Soares do Rego Castelo Branco Tio do apossado seu Constituinte em que socdeo por seu falecimento / [parece que está truncado].

(Fol. 3) [A' Margem] Copia de huma sentença sobre o Morgado do Rego.

Senç.º de Franc.º de Baena Sanches contra D.º Marianna de Abreu Rego.

Vistos os autos etc., mostrase por p.º da A. estar de posse de hum morgado q̄ instituiu o D.º Joam do Rego Per.º de que foi admi.º seu Pay Antonio de Abreu Rego, q̄por sua morte ficou pertensendo a ella A. por ser a filha mais velha, e não haver filho Barão, mostrase q̄ entre os bens q̄ pertencem ao d.º morgado são hūas casas sitas nestas Cid.º junto ao postigo de St.º Andre, q̄ no tempo da instetuição erão devididas em diferentes moradas, e hoje são hūas cazas nobres em hū assentam.º som.º, a q̄ destas cazas está o R. Franc.º de Baeyna Sanches de posse sem titulo q̄ valido seja, e deve ser obrigado a q̄ restitua a ella A. como susesora, e possuidora do d.º morgado com todos os frutos da individa occupação athe a real entrega.

Por p.º do R. se mostra q̄ fazendo o d.º D.º Joam do Rego morgado de seus bens entre os q̄ vinculou ao d.º Morgado forão huas cazas ao postigo de de S.º Andre desta Cid.º q̄ rendião doze mil Rs., e q̄ passados algūs annos chegarão as d.º cazas a tal ruina q̄ erão hūs pardieiros, e não tinham outro reparo, e sendo neste tempo possuidor do d.º morgado Pedro do Rego P.º visneto do instetuidor emp[r]azara as d.º cazas em tres vidas persedendo p.º liso Lç.º, e provizão real o qual emprazam.º tivera seu devido effeito na pessoa de Andre Lopes Franco a q.º se emprazarão com o foro de cinco mil rs. cada anno; mostrase q̄ por morte do dito (fol. 3) Andre Lopes Franco possuiu as cazas seu filho M.º Franco o qual sendo devedor ao D.º Bento de Baena Sanches pay do R. da quantia de quatro centos mil Rs., e alcansando senç.º contra elle lhe fizera arematização nas cazas da contenda, e se pediu Lç.º ao direito senhorio q̄ então era Jorge do Rego, e recebeu o seu Laudemio, e depois fizera emprazam.º das d.º cazas em o D.º Duarte Luiz de Abreu o qual nomeou em Segd.º vida a D.º Mariana Machado may delle R. a qual nomeou a elle R. em terceira vida, e q̄ posto as ditas cazas fossem vinculadas se podião emprazar precedendo como precedeu provizão real, e q̄ outro si foi valido o segd.º empraz.º posto q̄ não precedesse a d.º Lç.º por q.º os bens de morgado que se costumão emprazar se pode delles fazer emprazam.º sem preceder Lç.º p.º o q̄ basta q̄ hūa vez se emprazem, e q̄ não tem a autora acção p.º reivindicar as ditas cazas q̄ legalm.º se emprazarão como

tão bem porq̄ prohibindoce na instetuição do dito morgado q̄ nenhū Erdeiro do d.º morgado caze com filho, ou filha da Casta de judeu á q.ª do quarto grao, e q̄ sendo a A. filha de Antonio de Abreu Rego, este era filho de D.ºgo de Abreu, e de Guimar Borges a qual era cristã nova de todos os quatro costados (fol. 4) e por tal fora sempre tida, e havida com o q̄ por esta cauza tão bem carecia a A. de acção, e não a tinha p.ª pedir bens de morgado de q̄ não era Legitima administradora, e devia ser absoluto. O q̄ tudo visto, e o mais dos autos despuzição de direito neste cazo, e posto que a A. como susosora Legitima do morgado de q̄ se trata possa reivindicar os bens pertencentes ao d.º morgado q̄ se acharem alheados sem q̄ obste o q̄ contra a A. se allegou do defeito de sangue articulado pelo R. por q.º este se não prova Legalm.º com os requezitos q̄ o direito requer por p.ª das testemunhas q̄ dellê depoem alem de serem contra ditadas, se se provarem a mayor p.ª dellas as contra ditas não dão razão sufficiente de seus ditos devendo dar neste cazo ainda q̄ se lhe não perguntase, e depoem de hũa ouvida vaga sem darem rezão da ourigem della, e depoem só de hũ falso rumor q̄ nada prova, alem de se provar por mayor numero de test.ªs por p.ª da A. a limpeza de seu sangue com os mais docum.ªs juntos por onde prova Legalm.º a pureza de seu Sangue, e ser christã velha Legitima esposa dos morgados de seus Avos com tudo como outrosi se prova q̄ as d.ªs cazas da contenda se emprezarão parcedendo p.ª isso provizão, e Lç.ª real termos em q̄ posto q̄ as d.ªs cazas fossem vinculadas se podia dellas fazer empraz.º sendo em utelid.º (fol. 4 v.) notoria das d.ªs cazas como com effeito foi porq̄ sendo no tempo do emprazam.º hũs pardieiros sem reparo se achão hoje huas cazas nobres, e como outrosi emprazandose a pr.ª vez se puderem outro si fazer segl.º emprazam.º Legitimam.º por q̄ conforme a mais comua oppinião dos D.ªs p.ª se dizerem os bens do morgado costumados a emprazamento basta hũ só acto de emprazam.º com espaso de corenta annos e posto q̄ algũs D.ªs requeirão dous actos o entendem qd.º no pr.º ouve algũa nolid.º q̄ no cazo p.ª não ouve, Por tanto julgo não ter a A. acção p.ª reivindicar as Cazas da contenda e ser só a direita Senhoria das d.ªs Cazas e a condena nas custas do autos. Lix.ª 27 de Nov.º de 1683. Joseph de Basto Pe.ª, de Torres, Senç.ª da Rç.ªm acordei & não he agravada a Agrav.ª pelo Correj.ª da Corte cumprace sua senç.ª e o mais dos autos com declaração q̄ reservão á A. seu direito sobre se as gerações do emprazam.º erão acabadas p.ª o R. poder pedir nova renovação &

Sem embg.º de hũs, e outros embg.º q̄ não recebo cumprace a Senç.ª embargada passe p.ª Chancellaria e Ex.ª.

(Fol. 1) P.ª o Ill.º Sr. Directo fr.º L.º 191, fls. 90, v.

Em nome de Deos Amen. Saibam quantos este Instrumento de Reconhecimento de Foreira em terceira vida, e obrigação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil outo Centos e quinze, em os doze dias do mes de Janeiro nesta Cidade de Lisboa e Praça do Rocio no meu Escriptorio apparecerão presentes de huma parte Jacomo Antonio Maria Roncon, que vive de seus bens, morador na Rua da Madre de Deos, Freguezia de Santa Isabel; que outorga a presente Escripтура em nome, e como Procurador do Illustrissimo Bernardo Maria Lourenço Botelho Abreu Rego e Castro, Fidalgo Cavaleiro (Fol.1, v.) da Casa Real como fez certo por hum Alvara de Procução, que ahi me prezentou por elle escripto e assignado, que para Certeza será copiado nos tragados desta Escripтура e manarem. E de outra estava Dona Joanna Maria de Jesus Coutinho, viuva de Manoel Antonio Coutinho, moradora na frente da Praça da Figueira, Freguesia de Santa Justa. Por ella Dona Joanna Maria Coutinho foi dito perante mim Tabeliam e das Testemunhas ao diante nomeadas, que ella he Senhora, e possuidora de hua Propriedade de Cazas sita nesta Cidade na Rua do Postigo (fol. 2) de Santo André, Freguesia do mesmo Santo, que partem por

suas devidas, e verdadeiras confrontações com quem de direito devão, e hajão de partir, e Confrontar; e a dita Propriedade de Casaz compoem hum Prazo de natureza de vidas e livre Nomeação, do qual he direto Senhorio o dito Illustrissimo Bernardo Maria Lourenço Botelho Abreu Rego, e Castro, a quem se paga de foro pelo Natal de cada anno, Seis mil seis centos e sescenta e seis reis e o laudemio de quarentena no Caso das vendas; este dito Prazo pertence a ella viuva Dona Joanna Maria de Jesus (fol. 2, v.) Coutinho, em razão de que sendo possuidor da dita Propriedade de Casas o Reverendo Padre Frey José Buxado, Religioso da Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, conventual que foi no Convento da Graça desta Cidade, que se entende ter sido a primeira vida neste dito Praso, este dito Padre havia feito venda da dita Propriedade de Casas ao dito Seu Marido Manoel Antonio Coutinho, e isto por Escripura de venda e compra lavrada em nottas de Antonio Joaquim de Queiroz, que foi Tabelian nesta Cidade, continuada em vinte e tres de Dezembro de mil Sete centos outenta (fol. 3) e Sinco como melhor constará da Citada Escripura; por bem da qual havia o dito Seu Marido requerido ao dito Illustrissimo Senhorio directo lhe mandasse lavrar Escripura de Reconhecimento de Forêiro em Segunda vida; à vista do qual requerimento determinára se procedesse á Escripura de Reconhecimento de Forêiro; a qual com effeito havia sido lavrada em dezanove de Junho de mil outocentos e nove em notas de Manoel Joaquim Simpliciano Xavier de Brito actual Tabelian nestta Cidade, como melhor constava d'original traslado desta dita citada Escripura (fol. 3, v.) de Reconhecimento que ahi me foi apprezentada por ella viuva, a quem o tornei a entregar e arecebeo: Fallescendo o dito Seu Marido Manoel Antonio Coutinho Com Seu Solemne Testamento, por volta delle havia instituido a ella Sua mulher por sua universal herdeira e pela mesma verba a havia nomeado Sua Testamenteira como tudo melhor consta da mesma verba transcrita no Documento, que ahi me foi apprezentado, o qual para certeza será transcripto nos traslados que desta mesma Escripura se extrahirem; e nesta conformidade (fol. 4) metade pertence a ella viuva Dona Joanna Maria de Jesus Coutinho, como tal Herdeira Universal do dito seu marido, o Prazo da dita Propriedade de Casaz: Pelo que querendo fazer sua Escripura de Reconhecimento de Forêira na terceira vida, que lhe competia; fizera ao dito Illustrissimo Senhorio directo huma Petição, expondo-lhe nella a razão porque possuia este dito Prazo, pedindo-lhe por fim licença dignando-se que se lavrasse a requerida Escripura de Reconhecimento em terceira vida, na forma de Direito, e estyllo; a cuja supplicante lhe (fol. 4, v.) havia defferido por Seu Despacho, dizendo nelle que se procedesse á Escripura de Reconhecimento, como tudo melhor consta da dita Petição, e seu Despacho, que ahi me foi apprezentado, e tudo para certeza será outrosim transcripto nos traslados que desta mesma Escripura se extrahirem. E vido que, disse elle Jacomo Antonio Maria Roncon, que por virtude dos poderes do dito Alvará de Procuração, e pela prezente Escripura, e na melhor via de Direito, em nome do dito seu Constituinte o Illustrissimo Bernardo Maria Lourenço Botelho Abreu Rego e Castro, reconhece por Forêira deste em (fol. 5) terceira vida no Prazo da dita Propriedade de Casaz della Dona Joanna Maria de Jesus Coutinho, e isto debaixo da obrigação do pagamento do dito foro de seis mil seis centos sescenta seis reis, que será sempre pago pelo Natal de cada anno, posto o dito foro, e entregue em casa do dito Illustrissimo Senhorio Directo por conta, e risco della Forêira, e sendo o pagamento da Decima respectiva ao dito foro annual por conta do dito Illustrissimo Senhorio e das mais condições, e obrigações insertas e declaradas na primordial Escripura do Emprazamento deste dito Praso, E por ella Dona Joanna Maria de Jesus Coutinho (fol. 5, v.) foi dito que ella por esta mesma Escripura reconhece por Senhorio Directo em terceira vida no Praso da dita Propriedade de Casas ao dito Illustrissimo Bernardo Maria Lourenço Botelho Abreu Rego, e

Castro, a quem promete, e se obriga satisfazer-lhe o dito Foro de seis mil seis centos, sessenta e seis reis, pelo Natal de cada anno, e que faria o primeiro pagamento do dito foro pelo Natal, fim deste presente anno de mil outo centos e quinze por se acharem pagos todos os foros vencidos até o Natal do anno passado de mil outo centos e quatorze, como constava de hum reço do dito (fol. 6) Illustrissimo Senhorio Directo que ahi me foi apprezentado em mão e poder della Emphitewta; e que do dito Natal deste presente anno em diante assim continuaria com outros taes pagamentos do dito foro por outros semelhantes dias e tempos dos mais annos, que se seguem sempre prompta e successivamente, Sem interpolar, nem demorar pagamento algum. E que no caso de venda deste dito Praso o faria primeiro saber ao dito Illustrissimo Senhorio Directo por huma Petição declarando-lhe nela quem o queria comprar e por que preço, para lo mesmo Illustrissimo Senhorio Directo ver se o quer para Si (fol. 6, v.) tanto pelo tanto, que outrem der, e querendo, o poderá haver pelo direito da opção, quando não com Sua licença que lhe será dada por escripto o poderá então vender, não sendo porem a Pessoa das em direito deffesas, sim a tal que bem pague o dito foro cada anno, cumpra e guarde as condições e obrigações da primordial Escriptura d'Empramento deste dito Praso; e do preço por que assim for vendido será paga ao dito Illustrissimo Senhorio Directo a quarentena em razão de seu laudemio, e teriado; e a Pessoa que neste dito Praso succeder, por qualquer Titullo (fol. 7) que seja será obrigada a se apresentar com elle perante o dito Illustrissimo Senhorio Directo para este saber a razão porque neste dito Praso succeder, e de

(Continua)

Pérola do Rocio, Lda.

Casa especialisada em Chá,
Café, Bolachas, Bombons e
Chocolates

ENVIO DE ENCOMENDAS

para todo o País e Estrangeiro

Rocio, 105 — LISBOA — Telefone 2 0744

ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS
DE LISBOA» DURANTE O ANO DE 1942

SECÇÃO DE ESTUDOS CULTURAIS E DE PROPAGANDA

— ● —

VISITAS DE ESTUDO

- 11 de Janeiro — Ao edifício da Assembléia Nacional, dirigida pelos srs. Joaquim Leitão e Costa Machado.
- 25 de Janeiro — Ao edifício do antigo convento da Madre de Deus, dirigida pelo sr. Mário de Sampayo Ribeiro.
- 8 de Fevereiro — À Basílica do Sagrado Coração de Jesus (Estrêla), dirigida pelo sr. arq. António do Couto.
- 22 de Fevereiro — Às Igrejas de S. Estêvão e S. Miguel e à Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, históricos templos de Alfama, dirigidas pelo sr. António Ribeiro da Silva e Scusa (Sidónio Miguel).
- 8 de Março — Às instalações da Sociedade de Geografia, dirigida pelo sr. Coronel Lopes Galvão.
- 22 de Março — À Capela dos Castros, à Igreja de S. Domingos de Bemfica e ao Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, dirigidas pelo sr. Luiz Pastor de Macedo.
- 12 de Abril — Às instalações do Instituto Nacional de Estatística, dirigida pelo eng. sr. Tovar de Lemos.
- 26 de Abril — Às dependências do Hospital de S. José, dirigida pelo sr. dr. Alberto Mac Bride.

- 10 de Maio — Ao Museu da Cidade (Palácio da Mitra), dirigida pelo sr. dr. Jaime Lopes Dias.
- 24 de Maio — Ao Ateneu Comercial de Lisboa, dirigida pelo sr. Vasco Ribeiro.
- 7 de Junho — Ao Centro Maternal Infantil — Fundação Júlia Moreira —, dirigida pelo sr. dr. Manuel Vicente Moreira.
- 14 de Junho — Ao Museu e Jardim Escola João de Deus, dirigida pelo sr. dr. João de Deus Ramos; e
Ao Palácio de Fronteira, dirigida pelo sr. dr. José Cassiano Neves.
- 21 de Junho — Ao Palácio Nacional da Ajuda, dirigida pelo Conservador do Palácio, sr. dr. Cayola Zagalo; e
Ao Paço Velho (sede actual da 5.^a Companhia da Guarda Nacional Republicana) e ao Jardim Botânico da Ajuda, dirigidas pelo sr. dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal.
- 28 de Junho — Ao Baluarte de Santa Apolónia; e
À Sé Patriarcal de Lisboa, dirigida pelo sr. Arq. António do Couto.
- 5 de Julho — Ao Templo dos Jerónimos, dirigida pelo sr. prof. Armando de Lucena.
- 12 de Julho — À Quinta Real de Caxias e a algumas salas do antigo Palácio, à Igreja e Claustro da Catuxa e ao Reformatório do Padre António de Oliveira, dirigidas pelos srs. drs. Francisco Câncio e António Ilídio Teixeira de Vasconcelos.
- 18 de Outubro — Ao edificio da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», dirigida pelo sr. Raúl Estêves dos Santos.
- 8 de Novembro — Ao edificio da Faculdade de Medicina, dirigida pelo sr. dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.
- 22 de Novembro — Ao edificio da Igreja de S. Francisco de Paula e ao antigo Convento de S. João de Deus, (sede do Batalhão n.º 2 da Guarda Nacional Republicana), dirigida pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).
- 6 de Dezembro — Às instalações do Instituto Superior Técnico, dirigida pelo sr. prof. eng. Belard da Fonseca.
- 27 de Dezembro — Ao Palácio Nacional de Belém, dirigida pelo sr. dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal.

CONFERENCIAS NA SEDE

- 9 de Abril — *Lisboa 1870...*, pela Ex.^{ma} Sr.^a D. Julieta Ferrão.
- 16 de Abril — *O Galinheiro de S. Carlos*, pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).

- 23 de Abril — *A nossa Lisboa amiga*, pela Ex.^{ma} Sr.^a D. Madalena de Martel Patrício.
- 14 de Maio — *O Veraneio Lisboaeta de há meio século*, pelo sr. dr. Francisco Câncio.
- 21 de Maio — *Lisboa no Concelho de Alenquer*, pelo sr. dr. Luciano Ribeiro.
- 28 de Maio — *Lisboa nos Ex Libris*, pelo sr. dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.
- 5 de Junho — *Quadros de Lisboa*, pelo sr. prof. Armando de Lucena.
- 8 de Junho — *Visão de uma Lisboa mais bela* (a Urbanização económica de Lisboa), pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 11 de Junho — *Visão de uma Lisboa mais bela* (Como se enriquece um Município), pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 15 de Junho — *Visão de uma Lisboa mais bela* (Resolução do Problema de Trânsito), pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 21 de Novembro — *Chafarizes Monumentais de Lisboa já desaparecidos*, por Mestre Vieira da Silva.

CONFERÊNCIAS AO AR LIVRE

- 20 de Julho — *São João da Praça há 45 anos*, pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel). (No Largo de S. João da Praça).
- 22 de Julho — *Palavras sobre o Beato João de Brito e a casa onde nasceu*, pelo sr. dr. Frederico Gavazzo Pevy Vidal. (No Largo Rodrigo de Freitas).
- 24 de Julho — *Luisa Todi*, pelo sr. Mário de Sampayo Ribeiro. (Na Esplanada de S. Pedro de Alcântara).

ALMÔÇO COMEMORATIVO DO 6.º ANIVERSÁRIO DO GRUPO

- 26 de Julho — *Almôço Saloio* na característica Quinta de S. Vicente, com a colaboração de alguns artistas e no qual o sr. Gustavo de Matos Sequeira proferiu uma palestra subordinada ao título «O Reino Saloio».

EDIÇÕES DO GRUPO

- «A ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças», por Mestre Vieira da Silva.
- «Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa», por Mestre Vieira da Silva.



LOUÇA DE BARRO, DE MESA E DE COSINHA, DE FABRICO SEISCENTISTA, ENCONTRADA ULTIMAMENTE NOS DESENTULHOS DO CLAUSTRO DO ANTIGO COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-VELHO (COLEGINMO) À MOURARIA



BERLIM

A ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

(NOVO HORÁRIO)

HORAS		ESTAÇÕES	ONDAS CURTAS	
12,30 às 14	«Hora Portuguesa	DZE	24,73 m	12.130 K/cs
14,00	Noticiário	DZE	24,73 m	12.130 K/cs
20,30	Noticiário e Comentário militar	{ DJQ DXU 9 DJI	19,63 m 31,28 m 41,15 m	15.280 K/cs 9.590 K/cs 7.290 K/cs
21,30	Noticiário e Tema do dia	{ DZC DXU 9 DJI	29,16 m 31,28 m 41,15 m	10.290 K/cs 9.590 K/cs 7.290 K/cs
22,30	Noticiário e nota do dia	DXU 9	31,28 m	9.590 K/cs
23,45	Noticiário	DXX	48,86 m	6.140 K/cs

Obras completas de RAMALHO ORTIGÃO

De há muito que se fazia sentir a necessidade de reeditar os admiráveis volumes com que Ramalho Ortigão — um dos mais notáveis prosadores de toda a nossa história literária — enriqueceu o património cultural português. Vai a *Livraria Clássica Editora* satisfazer esse desejo do grande público que verdadeiramente aprecia os genuínos valores espirituais, ampliando tal iniciativa com a compilação dos numerosos dispersos e inéditos do notabilíssimo escritor, o que constituirá a revelação de novas facetas da originalidade, do talento e da arte de escrever que consagraram Ramalho Ortigão como um dos Mestres do estilo e do pensamento nacional.

VOLUMES PUBLICADOS :

AS FARPAS — Edição integral. Tomo I (O País e a Sociedade Portuguesa).

ARTE PORTUGUESA, Tomo I (O Culto da Arte em Portugal — A conclusão do edifício dos Jerónimos — A fábrica de cerâmica das Caldas da Rainha).

AS FARPAS — Tomo II (As Epístolas).

EM PUBLICAÇÃO :

FIGURAS E QUESTÕES LITERÁRIAS, Tomo I.

Livraria Clássica Editora — 17, P. dos Restauradores — LISBOA

BONS ROMANCES

CAROLINA INVERNIZIO
o Combóio da Morte



Todos com lindas capas a cores
Preço de cada vol. Es. 4\$00

CAROLINA INVERNIZIO

Muito interessantes, pois jalam à alma, ao coração, e despertam um excepcional interesse.

- Um crime nas Trevas
- A Formosa Detective
- O Filho do Mistério
- A Máscara do Criminoso
- O Combóio da Morte
- A Filha do Pecado
- O Beijo da Morte
- A Vingança duma Louca
- O Crime da Condessa
- Mãe Inimiga
- Sacrifício de Mulher
- Paraíso e Inferno
- O Suplício do Remorso

JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA

TELEFONE 29635

Rua da Conceição, 125, 1.º E.

LISBOA

A SEVERA



Leitura que apaixonou e arrebatou os corações pelo assunto que versa com toiradas, fados, guitarradas, orgias e todas as peripécias da célebre cigana portuguesa, cujo nome se vai transmitindo de geração em geração.

1 volume brochado com uma linda capa a cores 15\$00